

**UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

**UNIDADE DE ACOLHIMENTO E APOIO À PESSOA
EM SITUAÇÃO DE RUA**

MARIA EDUARDA OLIVEIRA ASSIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SÃO PAULO

2023

MARIA EDUARDA OLIVEIRA ASSIS

**UNIDADE DE ACOLHIMENTO E APOIO À PESSOA
EM SITUAÇÃO DE RUA**

Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu – USJT, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadores:

TFG 1: Profº. Arq. Hamilton Carraro Jr

TFG 2: Profº. Arq. Erick Rodrigo Da Silva Vicente

SÃO PAULO

2023

Dedicatória

Dedico este trabalho a Deus, o maior arquiteto de todos os tempos. À memória do meu pai, Alcides Assis, que certamente estaria comemorando esta conquista ao meu lado. Por fim, dedico este trabalho às mais de quarenta e oito mil pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, que enfrentam o desafio diário de sobreviver nas ruas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, desejo expressar meus sinceros agradecimentos a Deus, que nunca me abandonou nesse processo, permitindo-me aprender, evoluir e desenvolver um amor genuíno pela arquitetura.

Ao meu companheiro de vida, Hugo, agradeço por ser meu lar e refúgio ao longo desses anos, não poupando esforços e ajuda ao decorrer de cada etapa dessa jornada. À minha família em especial, agradeço por sempre torcerem por mim, seus sorrisos e incentivos foram combustíveis nesta jornada. Aos amigos, obrigada por trazerem coisas boas para minha vida. Neste agradecimento, não poderia ficar de fora minha psicóloga Lizandra, que entrou em minha vida oferecendo apoio emocional e tornando o processo mais leve.

Por fim, não posso deixar de agradecer ao meu orientador de TFG1, o professor e arquiteto Hamilton Carraro Junior, que me direcionou de modo crucial a organizar e materializar minhas ideias. Também expressei minha gratidão ao meu orientador de TFG 2, o professor e arquiteto Erick Vicente, que abraçou meu projeto com entusiasmo e se empenhou na procura de soluções eficientes e acolhedoras, em sintonia com a essência da arquitetura. Sua orientação e apoio foram essenciais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

O Bicho

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel Bandeira

RESUMO

ASSIS, Maria Eduarda Oliveira. **Unidade de Acolhimento e Apoio à Pessoa em Situação de Rua**. 2023. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, 2023.

Esta pesquisa visa propor uma unidade de acolhimento e apoio à pessoa em situação de rua implantado no distrito de Perus. A temática emergiu da constatação da carência do serviço na região e o crescimento dessa população, em especial no período da pandemia da COVID-19. Para a realização do projeto foram realizadas pesquisas bibliográficas de autores e entidades, a fim de obter o entendimento das demandas dos indivíduos e suas características. Tais estudos permitiram a elaboração de um programa de necessidades e distribuição dos espaços que atendam aos usuários e dialoguem com o meio inserido através da arquitetura e urbanismo, promovendo um local acolhedor e incentivando a reinserção social e superação das ruas.

Palavras-Chave: Pessoa em situação de rua; Covid-19; Reinserção social; Arquitetura.

ABSTRACT

ASSIS, Maria Eduarda Oliveira. **Unidade de Acolhimento e Apoio à Pessoa em Situação de Rua**. 2023. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, 2023.

Abstract: This research aims propose a reception and support unit to homeless people in the Perus District. The theme , emerge by the deficiency finding of the service in the region and the growth of this population, especially during COVID-19 pandemic. To carry out the project, were made some bibliographic searches by authors and entities, in order to get the understanding the demands of individuals and its characteristics. Such studies, allowed elaborate a needs program and the distribution of spaces that meet the users and dialogue with the ambiente they are inserted through the architecture and urbanism, promoting a welcoming local and encouraging the social reinsertion and overcoming the streets.

Key-Words: Homeless people, COVID-19, Social reinsertion, Architecture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Padre Júlio Lancellotti em um dos viadutos hostilizados de São Paulo.	27
Figura 2: O edifício La Casa - Fachada principal	30
Figura 3: O edifício La Casa - Diagrama de materiais da fachada	31
Figura 4: O edifício La Casa - Fachada com vidro	32
Figura 5: O edifício La Casa - Planta térreo	33
Figura 6: Cic do Imigrante -área interna	34
Figura 7: Cic do Imigrante - Os edifícios e a relação com a praça	35
Figura 8: Cic do Imigrante- Passarela conectando os dois edifícios	36
Figura 9: Cic do Imigrante- Sistema hidráulico exposto	36
Figura 10: Cic do Imigrante- Mezanino como elemento organizador do térreo	37
Figura 11: Cic do Imigrante- Implantação e pavimento superior	37
Figura 12: The Bridge- Fachada	38
Figura 13: The Bridge- Implantação	39
Figura 14: The Bridge- Pátio interno	40
Figura 15: The Bridge- Dormitórios	41
Figura 16: The Bridge- Janelas na sala de dormitórios	41
Figura 17: Mapa de localização da área de intervenção	43
Figura 18: Localização terreno	44
Figura 19: Zoneamento	45
Figura 20: Vista do terreno visto pela Rua João Batista Fanton	46
Figura 21: Vista do terreno- Rua Joaquim de Sousa	47
Figura 22: Vista do terreno- esquina Rua Joaquim de Sousa com a Rua João Batista Fanton	47
Figura 23: Mapa de Uso e Ocupação do Solo	49
Figura 24: Mapa de Gabarito de Altura	50
Figura 25: Mapa de Cheios e Vazios	51
Figura 26: Mapa Vegetação	52
Figura 27: Mapa de Fluxos	53
Figura 28: Diagrama de dimensões	54
Figura 29: Diagrama de insolação e ventilação	54
Figura 30: Programa de necessidades	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da população no município de São Paulo	15
Gráfico 2: Crescimento da população em situação de rua entre os anos de 2019 e 2021 nas regiões de São Paulo.	20
Gráfico 3: Percentual das subprefeituras com maior aumento da população de rua entre os anos de 2019 e 2021	21
Gráfico 4: Porcentagem da população em situação de rua por identidade de gênero em São Paulo	22
Gráfico 5: Porcentagem da população masculina em situação de rua por faixa etária em São Paulo	22
Gráfico 6: porcentagem da população feminina em situação de rua por faixa etária em São Paulo	23
Gráfico 7: Pessoas em situação de rua que possuem vínculo familiar na mesma situação de vulnerabilidade em São Paulo	24
Gráfico 8: Tempo de permanência nos serviços de acolhimento em São Paulo	25
Gráfico 9: Tempo de permanência nas ruas em São Paulo	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentual da população que estão nas ruas e acolhidas durante o período de 2000 a 2021 em São Paulo	19
Tabela 2: Índices do terreno	45

LISTA DE SIGLAS

CEU	Centro Educacional Unificado
CIC	Centro de Integração da Cidadania
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PPP	Parceria Público- Privada
UBS	Unidade Básica de Saúde
ZEU	Zona de estruturação Urbana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
O DIREITO À CIDADE	14
POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À PROBLEMÁTICA	16
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	18
CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	21
A ARQUITETURA E O URBANISMO NAS RUAS	26
MODELOS ASSISTENCIAIS	27
OBRAS ANÁLOGAS	30
La Casa Permanent Supportive Housing	30
Cic do Imigrante	34
The Bridge Homeless Assistance Center	38
PROJETO	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
BIBLIOGRAFIA	57

INTRODUÇÃO

A cidade é um direito de todos, sobretudo dos mais desfavorecidos, conforme dita a Carta Mundial do Direito à Cidade. Porém a realidade urbana revela que muitos vivem à margem dela, como a população em situação de rua, que desde o processo de industrialização das cidades vêm sendo deixados de lado. O número que cresce ainda mais, soa como resposta à industrialização descontínua do século passado, perdurando os problemas de habitação e socioeconômicos das cidades até hoje. Por esses motivos citados acima essa pesquisa foi motivada.

Apesar das iniciativas governamentais na criação de instituições de acolhimento, todas as regiões de São Paulo obtiveram crescimento da população em situação de rua. Hoje, essas pessoas somam mais de 48 mil só na cidade de São Paulo e fatores da atualidade, como a pandemia da Covid-19 colaborou para esse número crescente.

Com base no exposto, serão traçados parâmetros de análises para compreensão dos motivos que levam essas pessoas às ruas e por que o permanecimento delas nesses locais. Além de entender quem são elas, suas características individuais e comuns e suas fragilidades pesadas pelo olhar indiferente da sociedade. Será colocado em conjunto, as reações do poder público frente a problemática.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é a realização de um projeto arquitetônico e urbanístico de um centro de acolhimento e apoio de caráter institucional e médio prazo para pessoas em situação de rua a fim de incentivá-las a superarem essa situação e demonstrar como a arquitetura pode contribuir para minimizar este dano histórico da sociedade, respeitando a heterogeneidade dessa população. De modo específico, desmistificar a ideia de construções ociosas e insalubres para finalidades sociais.

Para tal feito, será realizado um estudo urbano em um raio de 1 quilômetro da área pretendida que fica localizada em Perus, um distrito no extremo noroeste de São Paulo, onde houve um crescimento significativo dessa população no período pandêmico. Já para o projeto arquitetônico, serão realizados estudos dos projetos: The Bridge Homeless Assistance Center, La Casa e Cic do Imigrante para entender soluções projetuais a fim de incorporá-las no projeto que aqui será realizado.

Para que as realizações citadas acima tornem-se possíveis, foi adotado neste trabalho o método de pesquisa qualitativo, que busca entender e embasar o tema em norteio a publicações de dissertações, teses e afins referente a mesma pauta. Desta forma, esta monografia aborda o tema com dados reais.

O DIREITO À CIDADE

Não se pode afirmar ao certo quando as primeiras pessoas em situação de rua tornaram-se uma realidade, mas o crescimento dessa população nas cidades, em especial nos centros urbanos, coloca em pauta a relação desses indivíduos com o acelerado adensamento populacional urbano. No livro "Brasil, Cidades: Alternativas para a Crise Urbana" (2002, p.22), a autora Ermínia Maricato destaca:

O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação

O processo de industrialização expôs a fragilidade socioeconômica das cidades, fomentando a vulnerabilidade social e se posicionando como indutor dos problemas relativos ao crescimento da sociedade (LEFEBVRE, 2001). No Brasil, esse processo, mesmo que tardio, provocou diversas mudanças descontínuas na cidade. Essa descontinuidade que Lefebvre (2001) aponta pode ser vista no século XX, com a eclosão do êxodo rural devido ao crescimento acelerado da industrialização no país, evidenciando o despreparo das cidades para receber tantas pessoas nesse processo migratório. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível observar o crescimento populacional em São Paulo, especialmente nas décadas de 1970 e 1980 em que a curva de crescimento demográfico se acentua.

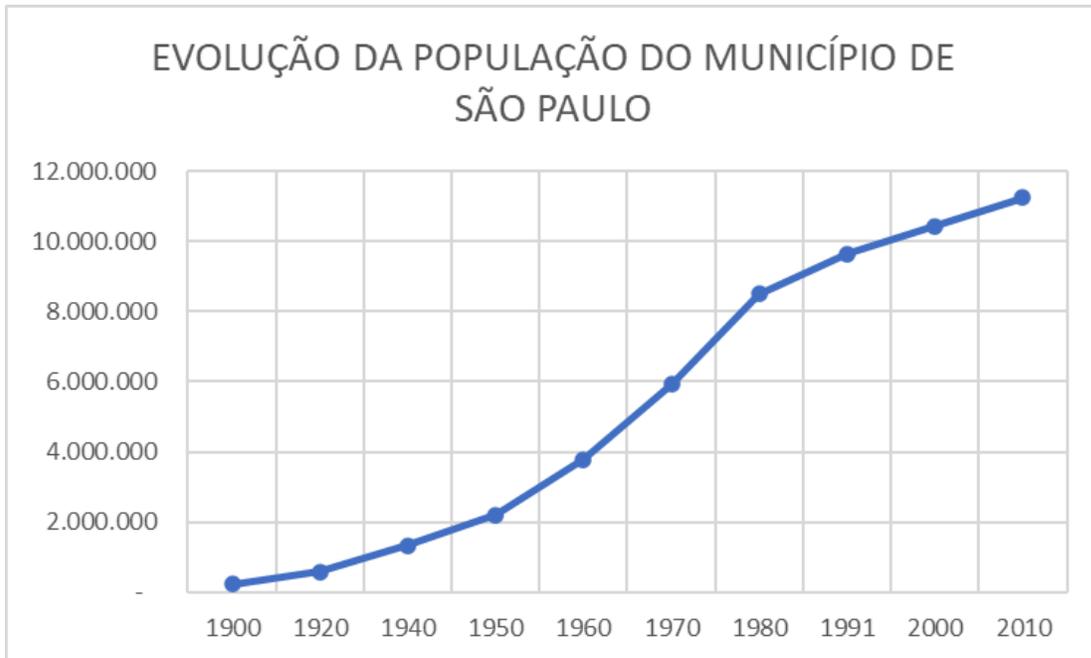


Gráfico 1: Evolução da população no município de São Paulo

Fonte: Censo Histórico Demográfico do Município de São Paulo/ Elaborado pela autora

Sobrinho 1982, afirma que os movimentos migratórios acontecem pela falta de condições de trabalho das pessoas mais pobres em seu lugar de origem, vivendo no limite da sobrevivência. Com isso, além do adensamento das cidades que ocorreu mais rápido do que o ato de planejar o meio urbano, vê-se que o desemprego está diretamente ligado ao processo migratório e ao encortamento dos centros urbanos. “Os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego (ainda que motivado e orientado) da industrialização, responder à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo “êxodo rural”” (LEFEBVRE, 2001, p.24).

Com precárias condições de trabalho e o valor de mão de obra barata, o êxodo rural coloca em pauta dois principais problemas: o esvaziamento do campo, afetando diretamente a produção agrícola; e a superlotação das cidades, acarretando um aumento de moradias precárias, acentuando a pobreza extrema. Enquanto no campo a falta de mão de obra e de acessos básicos resultaram na miséria, na cidade, o excedente de mão de obra deixou muitos indivíduos sem emprego, e juntando às motivações de migração, muitos foram obrigados a subutilizar as ruas como moradia.

Em suma, observa-se que o fenômeno das pessoas em situação de rua não é um problema recente e o processo acelerado de urbanização colaborou para o crescimento dessa população. É comum encontrar nas ruas indivíduos dormindo no chão, ou com barracas armadas para se protegerem do frio e da rua e é tão comum quanto, o olhar indiferente a estas pessoas que fazem do céu seu próprio telhado. Vê-se que assim, o direito à cidade não alcança a todos. A Carta Mundial define que:

(...) O Direito a Cidade é definido como o usufruto eqüitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. (...) inclusão do direito ao trabalho em condições eqüitativas e satisfatórias; de fundar e afiliar-se a sindicatos; de acesso à seguridade social e à saúde pública; de alimentação, vestuário e moradia adequados. (...) (CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE Artigo 1º, inciso 2).

É entendido que a cidade é direito de todos, sobretudo das pessoas mais vulneráveis da sociedade, mas o que se vê é o descaso atuante com a situação negligenciada há anos nas cidades. O direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres e à vida podem ser julgados como um conjunto de diretrizes que definem o direito à cidade e poderiam mudar a realidade em que se vive se entrassem para a prática social (LEFEBVRE, 2001).

POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À PROBLEMÁTICA

Na malha de cidades brasileiras, São Paulo é a cidade com o maior número de habitantes, chegando a quase 12 milhões (IBGE). Entretanto, nesse panorama, evidencia-se um fato: a cidade contém a maior concentração de indivíduos vivendo nas ruas, são mais de 48 mil. Sendo encaradas como um problema a ser levado para um outro lugar, a população em situação de rua é frequentemente confundida com entulhos incorporando-se nas calçadas. Silva (2014, p.47) enfatiza:

Em meio à realidade contemporânea, as pessoas em situação de rua chamam bastante atenção em espaços públicos, por transformá-los em áreas de intensa

utilização. Por diversas vezes, seus corpos ficam camuflados nas calçadas, confundindo-se com a sujeira impressa nos pavimentos cobertos por cimento. Nesse sentido, seus corpos, marcados por aspectos da desigualdade social, acabam transformando-se em extensões do espaço, à medida que, para muitos, sequer são vistos como pessoas, mas sim como empecilhos à manutenção da boa ordem social. SILVA (2014, p.47)

Além disso, devido a falta de medidas de fato efetivas, a prefeitura de São Paulo determinou, em abril de 2023, a retirada das barracas instaladas em espaços públicos (G1, 2023). No entanto, essa ação não soluciona a problemática, visto que ao removerem os poucos pertences da população em situação de rua, não garante moradia, alimentação e segurança. O Padre Júlio Lancelotti, um ativista em prol das causas sociais, enfatizou em uma entrevista ao G1:

Muitas vezes eles [população em situação de rua] não têm nem tempo de tirar os documentos ou outras coisas que eles tenham guardado. Às vezes fotografias, endereço, remédios, roupas. Tudo isso é retirado imediatamente. O auxílio-aluguel ajudaria muito a agilizar o retorno das pessoas que querem voltar para o seu grupo familiar. Tudo isso eu vivo diariamente com pessoas que estão buscando essas respostas e não encontram. LANCELOTTI (2023)

É preciso manter em foco o direito à moradia assegurado no art. 6º da Constituição Federal de 1988: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Todavia, a ausência de moradia para essa parcela vulnerável da população destaca a exaustão dessa garantia, evidenciando um déficit habitacional em São Paulo e a carência de vagas em instituições de acolhimento. Em 2021, foram registradas menos de 17 mil vagas de acolhimento, não suprimindo a demanda de quase 32 mil pessoas em situação de rua na mesma época (Jornal da Unesp, 2022).

Para compreender como a falta de moradia e a ausência de incentivos conduzem indivíduos à situação de rua, é fundamental analisar o impacto da política pública frente à problemática. Outro exemplo elucidativo ocorreu em 2017, durante a gestão do prefeito João Dória. Nessa ocasião, uma intervenção na região da Cracolândia, então situada na área da Santa Ifigênia, visava não somente a repressão de traficantes locais

mas também resultou na desocupação e fechamento de imóveis que estavam sendo ocupados de maneira irregular por famílias de baixa renda. Essa ação emergiu de uma união do governo do estado com a Parceria Público- Privada (PPP) (Jornal EL PAÍS, 2017).

Contudo, segundo Rolnik (2017), em entrevista concedida ao jornal “EL PAÍS”, argumenta que a iniciativa não resolveu efetivamente o problema, visto que a ação priorizou indivíduos que residem longe da região e que trabalham na cidade. Isso não assegurou a provisão de abrigo para aqueles que já viviam no local. Apesar de sanar parcialmente questões relacionadas à mobilidade e ainda que o projeto habitacional tenha como alvo a população de baixa renda, não contemplou aqueles em situação ainda mais vulnerável ou aqueles que não podem comprovar fontes de renda, o que é comum em diversos trabalhos informais, resultando em mais um problema habitacional.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O termo “morador de rua”, “mendigo” e outras denominações foram utilizadas de modo pejorativo no decorrer dos anos para designar a população em situação de rua, enfatizando a fragilidade da situação e desenhando uma ideia equivocada de homogeneidade do grupo. O decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009, apresenta a seguinte definição para pessoas em situação de rua:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Com o objetivo de manter tratativas respeitosas e adequadas para referir-se a essas pessoas, este estudo utilizará a expressão “população em situação de rua”, intuindo

que essa situação é temporária e pode ser superada por meio de políticas públicas e a aplicação da arquitetura.

Apesar da adoção da terminologia precisa, observa-se um crescimento progressivo no número de pessoas vivendo nessa condição. No ano de 2000, o registro era de 8.706 indivíduos em situação de rua, número que aumentou significativamente para 31.884 de acordo com os dados do Censo da População em Situação de Rua em 2021. Mais recentemente, um estudo realizado pelo Observatório de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, indicou que o contingente ultrapassou a marca de 48 mil pessoas nas ruas de São Paulo em 2023.

Ademais, é perceptível na tabela a seguir que entre 2019- ano marcado pelo surgimento dos primeiros indícios da pandemia que se aproximava- e 2021, o número de pessoas em situação de rua voltou a superar o número de pessoas acolhidas.

Pessoas acolhidas e nas ruas em São Paulo ao decorrer dos anos						
Ano	Acolhido	Rua	Total	% Acolhido	% Rua	% Total
2000	3.693	5.013	8.706	42,4%	57,6%	100,0%
2009	7.079	6.587	13.666	51,8%	48,2%	100,0%
2011	7.713	6.765	14.478	53,3%	46,7%	100,0%
2015	8.570	7.335	15.905	53,9%	46,1%	100,0%
2019	11.693	12.651	24.344	48,0%	52,0%	100,0%
2021	12.675	19.209	31.884	39,8%	60,2%	100,0%

Tabela 1: Percentual da população que estão nas ruas e acolhidas durante o período de 2000 a 2021 em São Paulo

Fonte: Censo da População em Situação de Rua, 2021/ Adaptação da autora

Observando os dados censitários da tabela acima é possível analisar como a pandemia da Covid-19 retratou as fragilidades socioeconômicas presentes na cidade de São Paulo. Conforme as informações de pesquisa do Censo da População em Situação de Rua, houve um aumento significativo no número de pessoas vivendo situação de rua em toda a cidade (gráfico 2). Notavelmente, a região central emergiu a maior concentração desses indivíduos. Entretanto, a zona norte se destaca com crescimento mais acentuado, a qual testemunhou um aumento de 78,05% no cenário pandêmico, ficando atrás apenas da zona sul, que registrou um crescimento de 78,05%.

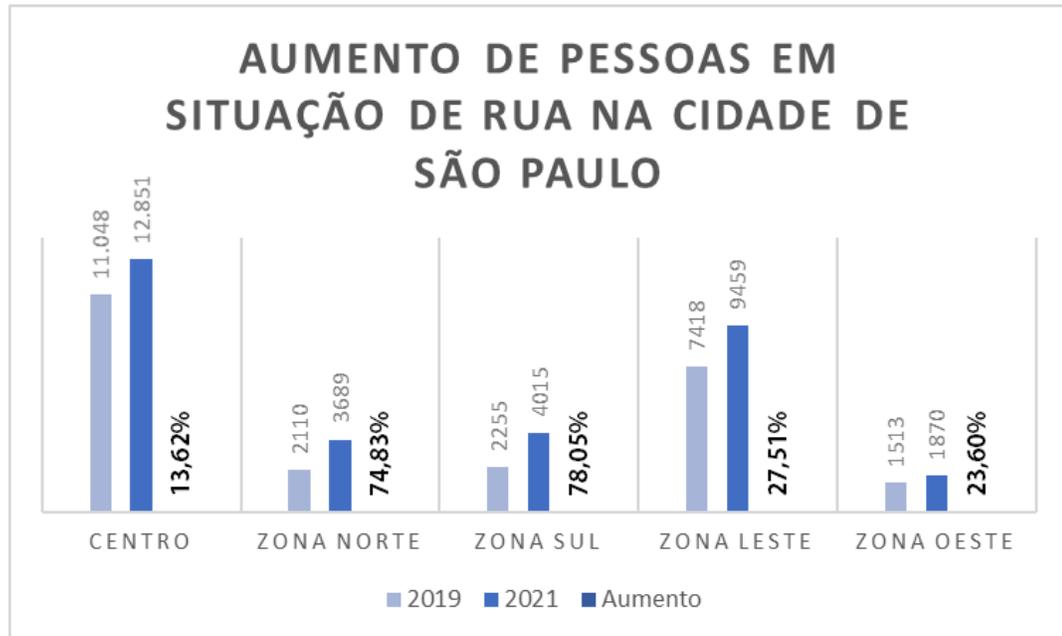


Gráfico 2: Crescimento da população em situação de rua entre os anos de 2019 e 2021 nas regiões de São Paulo.

Fonte: Censo da População em Situação de Rua, 2021/ Elaborado pela autora

Em uma entrevista publicada pelo Jornal da Unesp, o presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua, Robson Mendonça, explica que a região central concentra o maior número dessas pessoas por possuir mais suporte, comida nos comércios, atendimentos em hospitais e acessos, entretanto, com o fechamento dos comércios na pandemia, as pessoas viram-se obrigadas a procurarem alimentos nas regiões mais periféricas de São Paulo para conseguir alimento com os próprios moradores que ali vivem.

Perus é uma das subprefeituras que ilustra esta situação, localizando-se no limite de São Paulo, é a região com maior crescimento populacional nas ruas, chegando a aumentar 555,56% entre 2019 e 2021. Apesar dos números, Perus não possui equipamentos de acolhimento (Jornal da Unesp, 2022), tornando a superação das ruas ainda mais complexa.

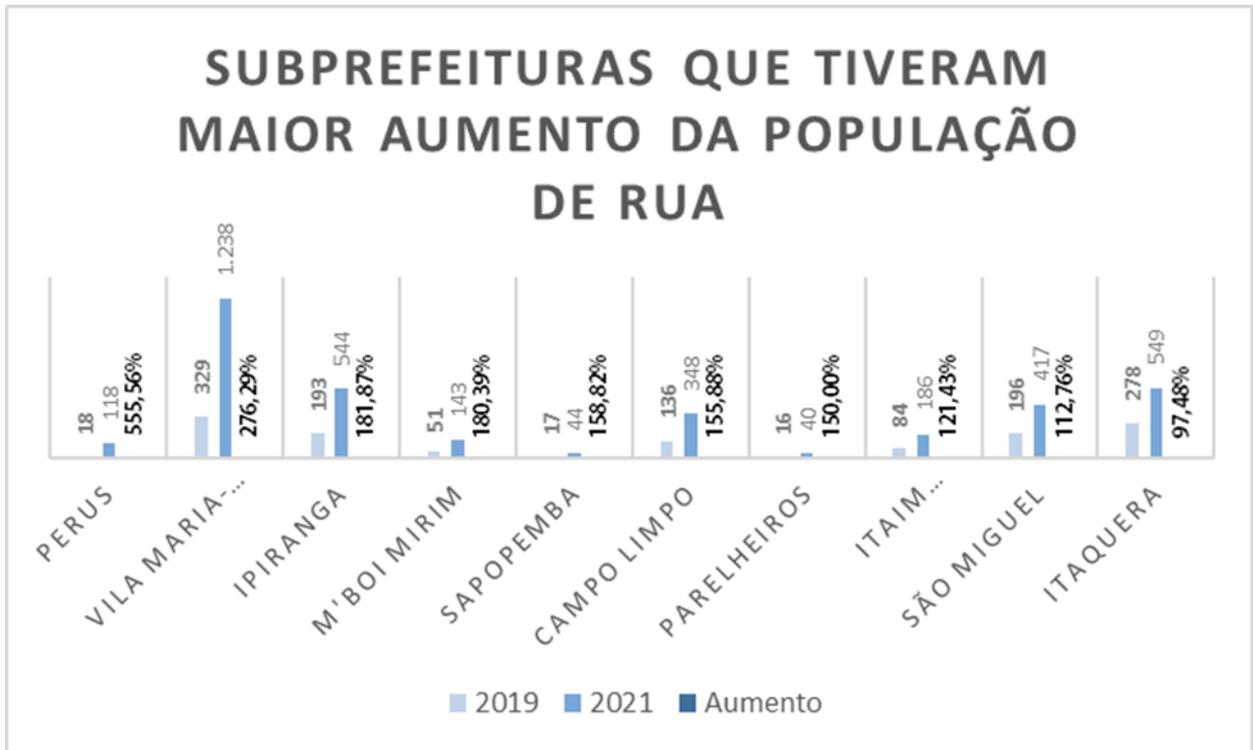


Gráfico 3: Percentual das subprefeituras com maior aumento da população de rua entre os anos de 2019 e 2021

Fonte: Censo da População em Situação de Rua, 2021/ Elaborado pela autora

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Apesar da população em situação de rua ser um grupo heterogêneo, possuindo histórias singulares de vida, há perfis em comum que podem caracterizar esse grupo. O Censo da População em Situação de Rua 2021, mostra que nas ruas há mulheres e homens (gráfico 4), porém composta majoritariamente por este último, com idade média entre 31 a 49 anos (gráfico 5). As mulheres, apesar de minoria, representam 16,57% da população, equivalente a 5.283 mulheres vivendo nas ruas de São Paulo em 2021 com a mesma faixa etária dos homens (gráfico 6).

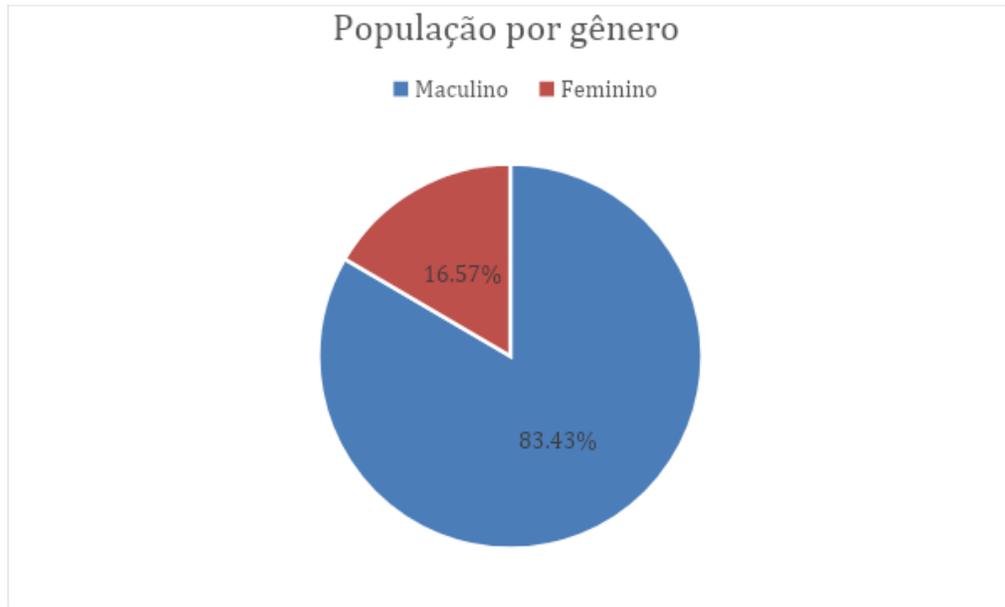


Gráfico 4: Porcentagem da população em situação de rua por identidade de gênero em São Paulo
Fonte: Censo da População em Situação de Rua, 2021/ Elaborado pela autora

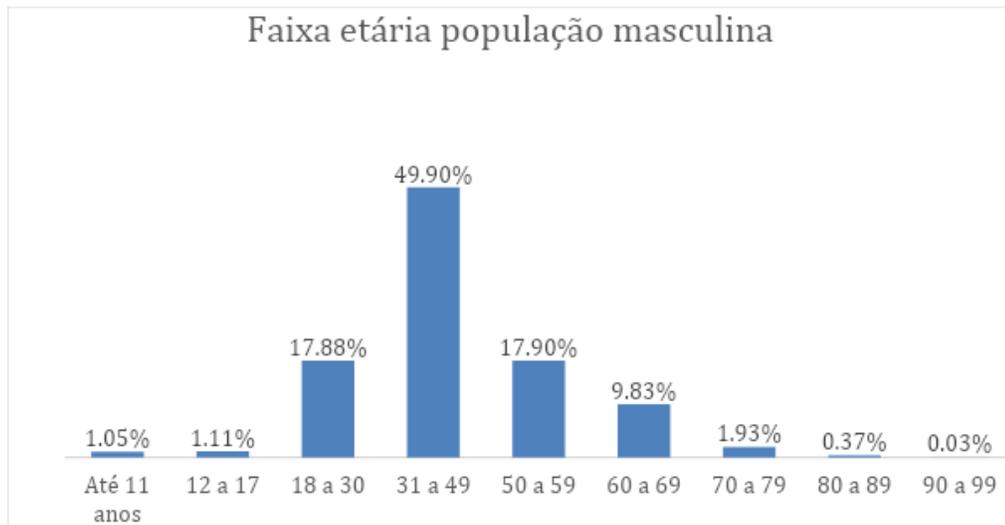


Gráfico 5: Porcentagem da população masculina em situação de rua por faixa etária em São Paulo
Fonte: Censo da População em Situação de Rua, 2021/ Elaborado pela autora

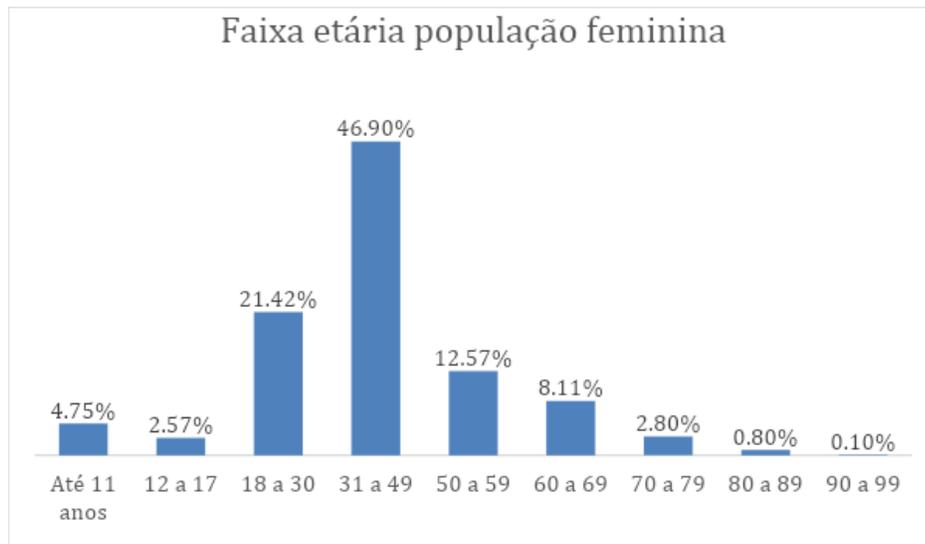


Gráfico 6: porcentagem da população feminina em situação de rua por faixa etária em São Paulo
Fonte: Censo da População em Situação de Rua, 2021 /Elaborado pela autora

Além das análises dos gráficos apresentados, essa população ainda possui diversos fatores que contribuem para a permanência nas ruas, como os laços familiares fragilizados, a dependência com álcool ou drogas, o desemprego, entre outros. É importante ressaltar que o uso de substâncias ilícitas podem ser o motivo de idas às ruas como também pode ser introduzida após o indivíduo utilizar a rua como moradia como forma de “aliviar” a situação. TARACHUQUE (2012) explicita como a ruptura com os familiares contribuem para a ida às ruas:

Distanciados da família onde houve um contexto de ruptura dos laços familiares e/ou do trabalho, buscam a sobrevivência nos caminhos do país. Caminham de cidade em cidade, de vila em vila, de campo a campo. Raramente retornam à família, por isso seu destino mais fácil é tornarem-se moradores de rua. Em suas sacolas trazem poucos pertences e às vezes nem mesmo os documentos. “Pegam o trecho”, muitas vezes fugindo de conflitos. TARACHUQUE (2012)

Em contrapartida, há casos em que a família inteira ou parte delas estão nesta situação, tornando o processo de superação das ruas ainda mais difícil e complexo. O Censo da População em Situação de Rua mostra que 28,58% dessas pessoas possuem algum vínculo familiar nesta mesma situação de vulnerabilidade.

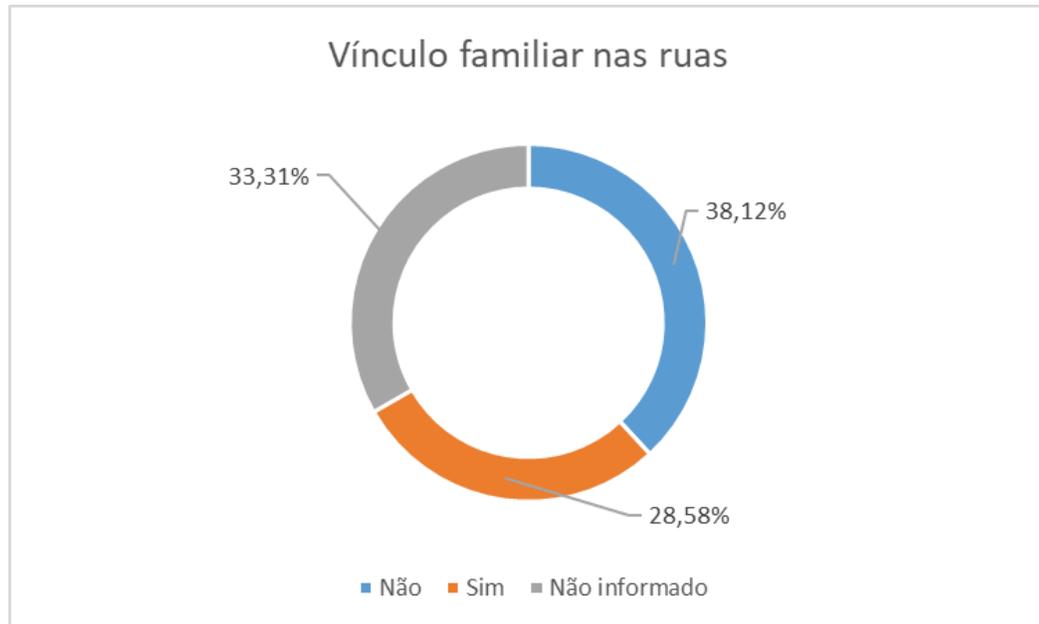


Gráfico 7: Pessoas em situação de rua que possuem vínculo familiar na mesma situação de vulnerabilidade em São Paulo

Fonte: Censo da População em Situação de Rua, 2021/ Elaborado pela autora

Se posicionando como um caminho à saída das ruas e recuperação da dignidade, os albergues, centros de acolhida e outros serviços de acolhimento oferecem subsídios a este enfrentamento, como comida, banho e dormitório, mas é possível notar que muitas pessoas ficam pouco tempo nas dependências (gráfico 7). Ao nível nacional, as pessoas entrevistadas preferem dormir nas ruas (69,6%) por não se adaptarem às restrições de horários e regras nas instituições, contra 22,1% que preferem dormir nos serviços de acolhimento queixando-se da violência que há nas ruas, e 8,3% reveza em dormir nas ruas e albergues (POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO DE RUA, 2008, p.8).

É possível entender como os vínculos familiares fragilizados, os demais motivos que os levam às ruas e a não utilização completa dos equipamentos de acolhimento ao analisar a tabela de permanência nas ruas, a maioria dessas pessoas estão nas ruas há mais de 2 anos, e uma grande parte estão nas ruas mais de 10 anos, o que põe em pauta em como as medidas públicas estão sendo aplicadas. O indivíduo que está desamparado há anos nas ruas de São Paulo precisa de proteção, acolhimento e incentivo para conseguir viver com dignidade.

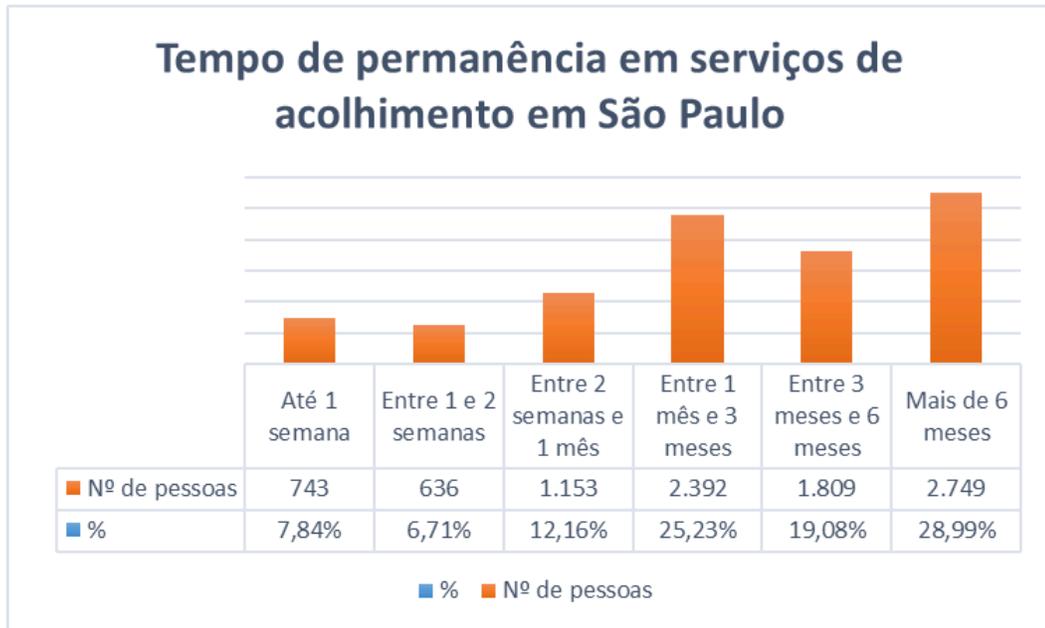


Gráfico 8: Tempo de permanência nos serviços de acolhimento em São Paulo
Fonte: Censo da População em Situação de Rua, 2021/ Elaborado pela autora



Gráfico 9: Tempo de permanência nas ruas em São Paulo
Fonte: Censo da População em Situação de Rua, 2021/ Elaborado pela autora

A ARQUITETURA E O URBANISMO NAS RUAS

A arquitetura alcançar todos os âmbitos da cidade, inclusive em questões sociais mais delicadas, como a população que está nas ruas, e isso requer atenção àquelas que estão nesta situação por escolha própria, apesar de representarem uma parcela pequena, há pessoas em situação de rua porque querem e elas devem ser respeitadas como qualquer outro cidadão. Porém, tratando-se das pessoas que estão nessa situação por motivos de desemprego, problemas familiares, vícios, e outras questões já citadas neste trabalho, deve-se prover uma arquitetura acolhedora e urbanismo eficiente, que nem sempre é visto e respeitado na cidade de São Paulo.

Há alguns anos, vem sendo aplicado a chamada “arquitetura hostil”, termo utilizado para denominar o emprego de técnicas e materialidades que desconsideram um grupo de pessoas, sobretudo, pessoas em situação de rua, empurrando-as para algum outro lugar da cidade, geralmente aplicadas em locais que possam servir de abrigo e descanso, tornando a cidade pouco acolhedora. Alguns exemplos da hostilização de lugares públicos são: divisórias em bancos, impossibilitando o uso para deitar-se; pedras embaixo de viadutos e áreas cobertas, dificultando a permanência no local; materiais como floreiras e grades em marquises e outros locais que possam servir de abrigo, no intuito de afastar pessoas em situação de rua.

Devido a isto e a pressão pública, em dezembro de 2022 foi promulgada a lei Padre Lancellotti, que possui o nome de um religioso empenhado em questões sociais, em especial, a população em situação de rua, proibindo a utilização de técnicas que hostilizam espaços públicos, com os seguintes entendimentos sobre a utilização dessa técnica:

Art. 2 [...] XX- promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população.” (NR)



Figura 1: Padre Júlio Lancellotti em um dos viadutos hostilizados de São Paulo.

Fonte:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/02/padre-julio-lancelotti-quebra-a-marretadas-pedras-instaladas-sob-viadutos-pela-prefeitura-de-sp.ghtml>

Junto a leis como esta, a arquitetura requer um olhar atencioso aos que estão nas ruas, pois são pessoas que não possuem qualquer tipo de conforto. Estão expostos ao frio, à fome, à violência, e a tantos outros fatores que o posicionam em vulnerabilidade. Apesar do olhar indiferente da sociedade, tanto a arquitetura quanto o urbanismo devem propor mais do que lugares seguros para viver, mas prover a conexão desses indivíduos à cidade.

MODELOS ASSISTENCIAIS

Por escolha própria ou não, a rua é a casa de muitos, onde garantir comida torna-se uma tarefa difícil e incerta e, junto a problemas que podemos acompanhar, como a insegurança, questões de saúde, vícios, falta de banhos e a rejeição familiar e social, torna o indivíduo sem esperança de conseguir seus direitos mais básicos e dignidade.

Hoje, existem albergues para pernoitar, casas de acolhida e outras modalidades de equipamentos de acolhimento, mas ainda assim, com quantidades insuficientes e muitas vezes com situações insalubres, fica difícil o incentivo à superação das ruas (SILVA 2014, p.66).

As políticas voltadas para a assistência social na cidade de São Paulo, são geridas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), em conformidade ao Sistema Único de Assistência Social que organiza e regulamenta o acesso a serviços sociais, programas e subsídios a população que se encontra em vulnerabilidade social.

Em São Paulo, há programas com diferentes fins para atender a população em situação de rua. Especificamente direcionado à convivência e estímulo social, desses indivíduos, o Centro POP oferece serviços como oficinas, alimentação, higiene pessoal, provisão de documentação e seu endereço pode ser utilizado como referência do usuário, que chega espontaneamente ou encaminhado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), considerado a porta de entrada da assistência social ou pelo Central de Atendimento Permanente (CAP), responsável por realizar abordagens assistencialistas nas ruas (PREFEITURA DE SÃO PAULO).

Além dos centros de convivências, há instituições de acolhimento com caráter imediato e emergencial, como as Casas de Passagem, que oferecem serviços temporários para os indivíduos que não possuem a intenção de ficar por muito tempo, como acomodação para pernoite, alimentação, higiene pessoal e local para guarda de pertences. Como se trata de pessoas transitando, normalmente o tempo de utilização desses locais é de até 3 meses e as vagas são destinadas por ordem de chegada. É comum que estes espaços estejam lotados nos meses mais frios do ano.

Há também, modelos integrados, como albergues e moradia provisória, que oferecem além dos subsídios básicos de sobrevivência, como alimentação, higiene pessoal e um local seguro para dormir, programas de incentivo a superação das ruas, como atividades socioeducativas e capacitantes, atendimento e apoio a saúde, e podem oferecer outros serviços como corte de cabelo, e abrigo para animais de estimação. Essa modalidade integra os serviços de convivência e acolhimento, podendo ser utilizados em um período de até 6 meses.

Para aqueles que estão na fase de reinserção social, e necessitam de estadias mais longas, há a modalidade de república, que possui características residenciais e diferente das outras modalidades, exerce a autogestão e autonomia dos usuários, dando os passos finais para a superação das ruas. Normalmente são destinadas às pessoas que possuem empregos mas ainda não possuem capacidade de se auto sustentar ou de interagir na sociedade.

É importante ressaltar que o encaminhamento para as modalidades e tempo de uso em todas elas, é determinado por uma equipe de profissionais e pode ser prorrogado de acordo com a necessidade de cada indivíduo.

OBRAS ANÁLOGAS

La Casa Permanent Supportive Housing

- **Data do projeto:** 2014
- **Área construída:** 2.728 m²
- **Arquitetura:** *Studio Twenty Seven Architecture e Leo A. Daly*
- **Localização:** *Washington DC*



Figura 2: O edifício La Casa - Fachada principal

Fonte: <https://www.world-architects.com/en/architecture-news/reviews/la-casapermanent-supportive-housing>

O projeto La Casa, ainda não executado, foi arquitetado pelo *Studio Twenty Seven Architecture* com parceria de *Leo A. Daly*, para prover 40 moradias de caráter permanente para homens em situação de rua em um terreno com área total de 2.728 m². O Edifício possui 7 andares e um porão, possuindo unidades individuais e coletivas, áreas de apoio e pátio externo para os moradores. Com sua eficiência energética, o projeto pretende conquistar a certificação Leed.

Para o projeto a ser desenvolvido, La casa chama atenção por não fazer diferença de pessoas, coincidindo com a pretensão a ser atingida neste trabalho. Já no olhar projetual, a fachada do prédio é muito interessante, pois traz uma dinamicidade através da intercalação de vidro, painéis energéticos e sólidos e ainda assim, a quantidade das aberturas envidraçadas do chão ao teto são distribuídas em quantidades iguais nas unidades privadas. Tais aspectos de caixilhos serão aplicados no projeto deste trabalho.

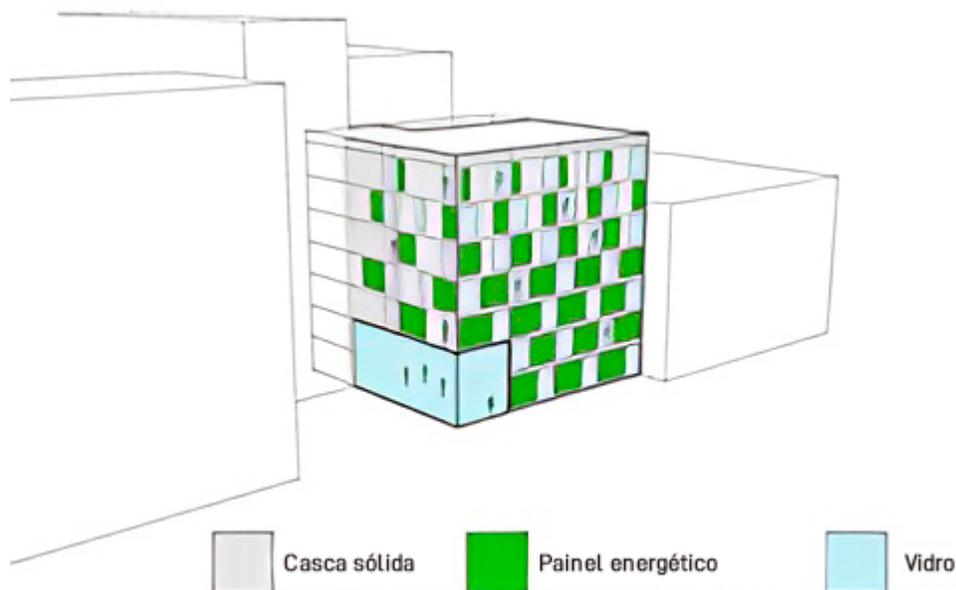


Figura 3: O edifício La Casa - Diagrama de materiais da fachada

Fonte: La Casa Permanent Supportive Housing - Studio Twenty Seven Architecture com alterações feitas por Maria Eduarda Oliveira Assis

Além da dinâmica das unidades privativas, o térreo ganha destaque com um pé direito duplo encontrando um mezanino neste íterim, essa plasticidade transparente na fachada no nível da rua proporciona uma interação do interno com o externo. Para o projeto que será proposto, o pé direito será dispensado, em contrapartida, não haverá paredes no 1º pavimento e há a pretensão da utilização de guarda-corpo transparente para criar a interação do meio externo com interno, conforme o projeto “La Casa”



Figura 4: O edifício La Casa - Fachada com vidro

Fonte:

<https://www.world-architects.com/en/architecture-news/reviews/la-casa-permanent-supportive-housing>

A fachada envidraçada pode ser vista mesmo de longe por estar localizada na fachada lateral, e além de impactar o lado externo, pode-se perceber como ela se articula na distribuição interna dos ambientes, pois apesar de não estar localizada na fachada principal, a entrada para o edifício encontra-se na extremidade do prédio que faz encontro com a fachada envidraçada criando essa interação entre elas. Ainda sobre os acessos, é interessante como foi posicionada uma entrada singela para o bicicletário de modo a causar privacidade mesmo com seu acesso na fachada principal.

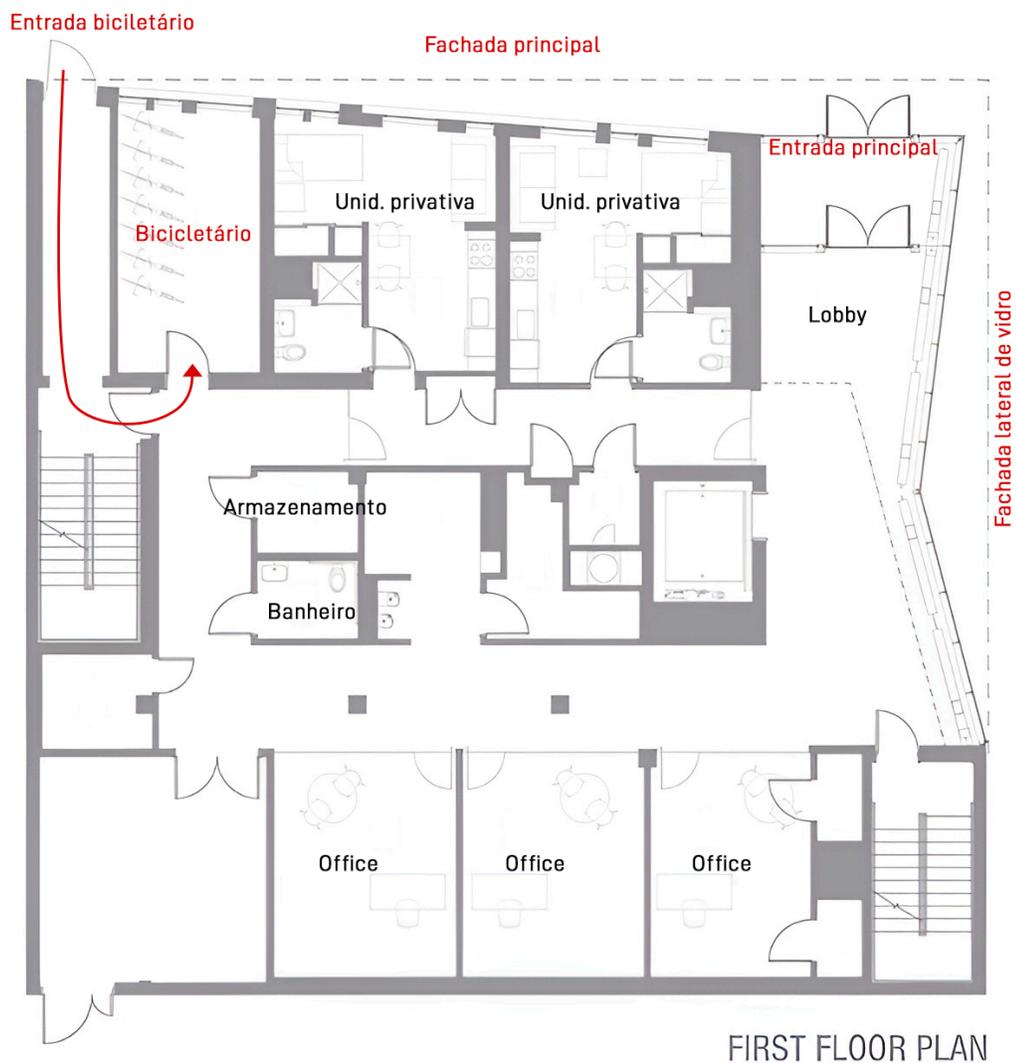


Figura 5: O edifício La Casa - Planta térreo

Fonte: <https://www.studio27arch.com/project/la-casa-permanent-supportive-housing/> com alterações feitas por Maria Eduarda Oliveira Assis

Cic do Imigrante

- **Data do projeto:** 2016
- **Área construída:** 1.580 m²
- **Arquitetura:** B Arquitetos, Escola da Cidade;
- **Localização:** Barra Funda, São Paulo



Figura 6: Cic do Imigrante -área interna

Fonte:

https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/b-arquitetos_/cic-do-imigrante/4579

O Centro da Integração da Cidadania (CIC) do Imigrante é um equipamento

distribuído em dois prédios ferroviários reformados para receber funções que garantem os processos imigratórios, tornando-se possível devido à parceria da Escola da Cidade, a Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo.

O espaço conta com áreas externas generosas, a começar pela praça na entrada organizada em diferentes níveis, estimulando a interação e convívio coletivo ao mesmo momento que intuitos fluxos aos prédios e a vegetação existente (figura 7 e 11).

O edifício de operações dá o apoio à praça criando espaços internos interativos que vão desde um café até à recreação infantil. Há também um prédio linear que organiza uma extensa sala de atendimentos com cobertura de madeira e aço restaurados e expostos fazendo parte da obra. Uma passarela conecta os dois edifícios (figura 8), e ao longo do percurso se transforma em um mezanino que separa as atividades internas ao acesso do público. A passarela não está inserida apenas como elemento conector, mas flui no

projeto na totalidade, além da exposição de sistemas hidráulicos estruturais fazerem parte do projeto traduzindo a funcionalidade com a estética de modo prático (figura 9). A aplicação do metálico com o vidro e madeira, traz uma sensação acolhedora, estimulando um olhar sensível que pretende ser aplicado neste trabalho.



Figura 7: Cic do Imigrante - Os edifícios e a relação com a praça
Fonte: *Ibidem*



Figura 8: Cic do Imigrante- Passarela conectando os dois edifícios
Fonte: *Ibidem*



Figura 9: Cic do Imigrante- Sistema hidráulico exposto
Fonte: *Ibidem*

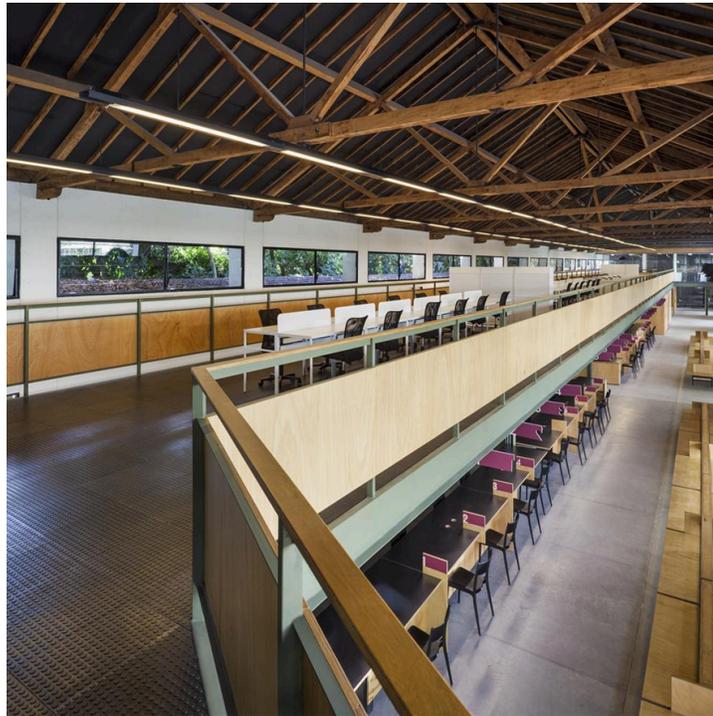


Figura 10: Cic do Imigrante- Mezanino como elemento organizador do térreo
Fonte: *Ibidem*

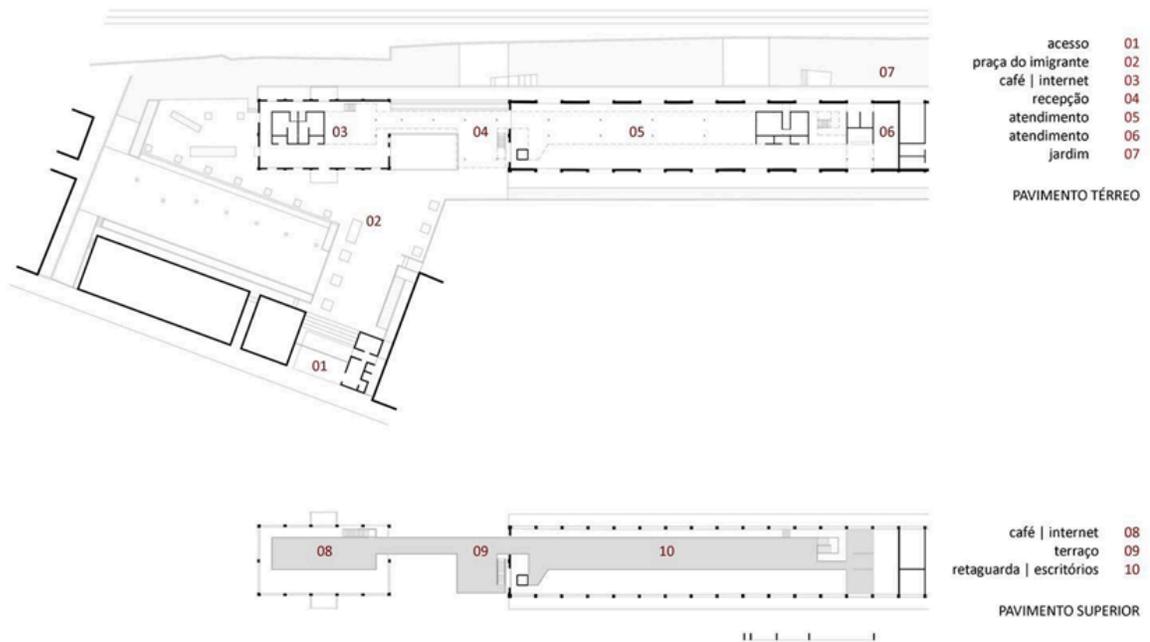


Figura 11: Cic do Imigrante- Implantação e pavimento superior
Fonte: *Ibidem*

The Bridge Homeless Assistance Center

- **Data do projeto:** 2010
- **Área construída:** 75000 m²
- **Arquitetura:** Overland Partners
- **Localização:** Texas, Estados Unidos



Figura 12: The Bridge- Fachada

Fonte:

https://www.archdaily.com/115040/the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners/5013819428ba0d1507000531-the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners-plan?next_project=no

O centro *The Bridge* é um conjunto de 5 edifícios que promovem moradia para pessoas em situação de rua, além de assistências emergenciais e cuidados transitórios. Foi projetado em um terreno de 75.000 m², localizado no distrito comercial central de Dallas.

O projeto é considerado a maior referência internacional de arquitetura para pessoas em situação de rua após conquistar o prêmio *Best Entry Architectural no International*

Rebranding que destaca os melhores projetos que combinam a boa arquitetura à questão social da pessoa em situação de rua.

A área é cercada por três ruas e todas possuem acesso aos edifícios que contornam o terreno, criando um pátio central que estimula a interação coletiva, além de possuir uma área coberta para àqueles que preferirem dormir em local externo, (figura 12), mostrando como a arquitetura foi pensada nos detalhes para os usuários. Essas características de acesso e convivência podem ser aplicadas na área de intervenção deste trabalho, que fica em uma esquina, possibilitando ao menos duas entradas com um possível pátio central.



Figura 13: The Bridge- Implantação
Fonte: Ibidem.



Figura 14: The Bridge- Pátio interno
Fonte: *Ibidem*

Já na área interna, o que chama a atenção com intenções de incorporação do método para este trabalho é a divisão simples dos dormitórios articulados a fim de trazer privacidade aos indivíduos mesmo estando em um grande salão compartilhado (figura 13).



Figura 15: The Bridge- Dormitórios
Fonte: *Ibidem.*

Além dos aspectos espaciais, o projeto foi elaborado pensando nas questões sustentáveis, tanto pelo telhado verde na sala de jantar, quanto sistema de reciclagem de água cinza e a iluminação natural (figura 14), potencializando a integração de decisões sustentáveis ao projeto que aqui será elaborado.

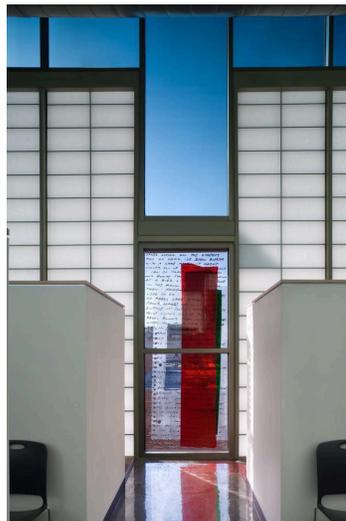


Figura 16: The Bridge- Janelas na sala de dormitórios
Fonte: *Ibidem.*

PROJETO

De acordo com os estudos realizados neste trabalho sobre o crescimento da população em situação de rua acompanhando a acelerada urbanização de São Paulo; as realizações públicas que dificultaram a superação das ruas, como a retirada de barracas em espaços públicos; o entendimento e caracterização dessa população; o aumento dessa população no período pandêmico; e a hostilidade do espaço urbano como forma de segregar esses indivíduos, será proposto uma unidade de acolhimento e apoio à população em situação de rua.

Esta unidade se caracteriza como um modelo integrado, com hospitalidade de até seis meses, oferecendo serviços de acolhimento, assistência social, alimentação, documentação, apoio à saúde, a educação e a inserção social, a fim de garantir a dignidade social através da arquitetura, proporcionando ambientes funcionais, iluminados, transmitindo sensação de conforto e segurança à população que está em processo de superação das ruas.

O projeto utilizará técnicas arquitetônicas e urbanísticas que promovam a sensação de pertencimento à cidade e será criado espaços de convivência externos e internos, valorizando o estímulo e interação social, respeitando sobretudo as normas universais de acessibilidade, de maneira a garantir a livre circulação entre ambientes, seja por meio de rampas ou elevadores.

Para obter espaços mais reservados, os dormitórios inspirados no projeto *The Bridge* serão articulados com drywall. Ademais espaços educacionais que incentivam a inserção no mercado de trabalho e espaços coletivos que permitam a ressocialização do grupo, valorizando sempre o usuário mediante a espaços funcionais e esteticamente agradáveis.

Leitura do Lugar

Este projeto de arquitetura apenas será possível após um estudo urbanístico em um local estratégico que entenda a demanda, os incentivos e as carências locais para haver uma inserção projetual coerente e dialogue com o meio urbano.

Para a escolha da área, uma das considerações foi a demanda ainda não suprida do local, já que o distrito de Perus possui 118 pessoas em situação de rua, conforme o Censo da População em Situação de Rua 2021, porém, não possui equipamento de acolhimento. A área de intervenção possui 700,66 m² e está localizada na esquina da Rua João Batista Fanton com a Rua Joaquim de Sousa, - Vila Fanton, bairro da subprefeitura de Perus em uma Zona de Estruturação Urbana (ZEU), segundo dados do GeoSampa.

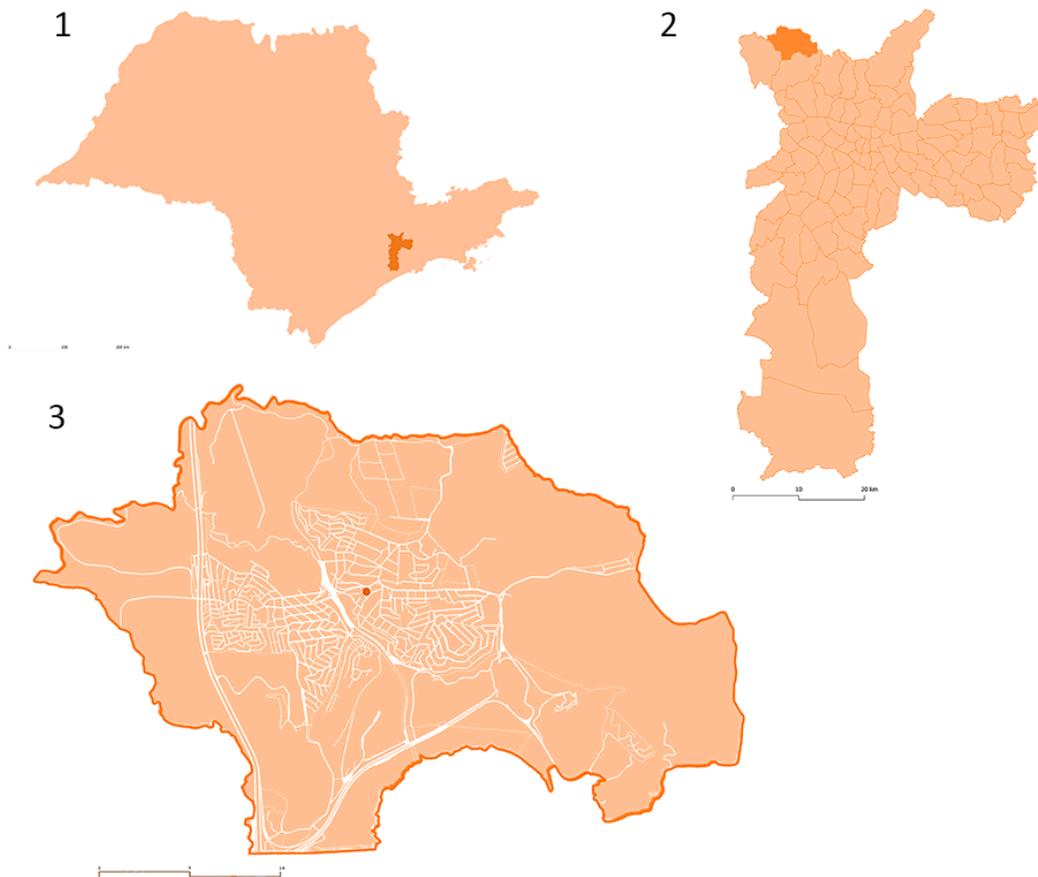


Figura 17: Mapa de localização da área de intervenção
Fonte: Elaborado pela autora

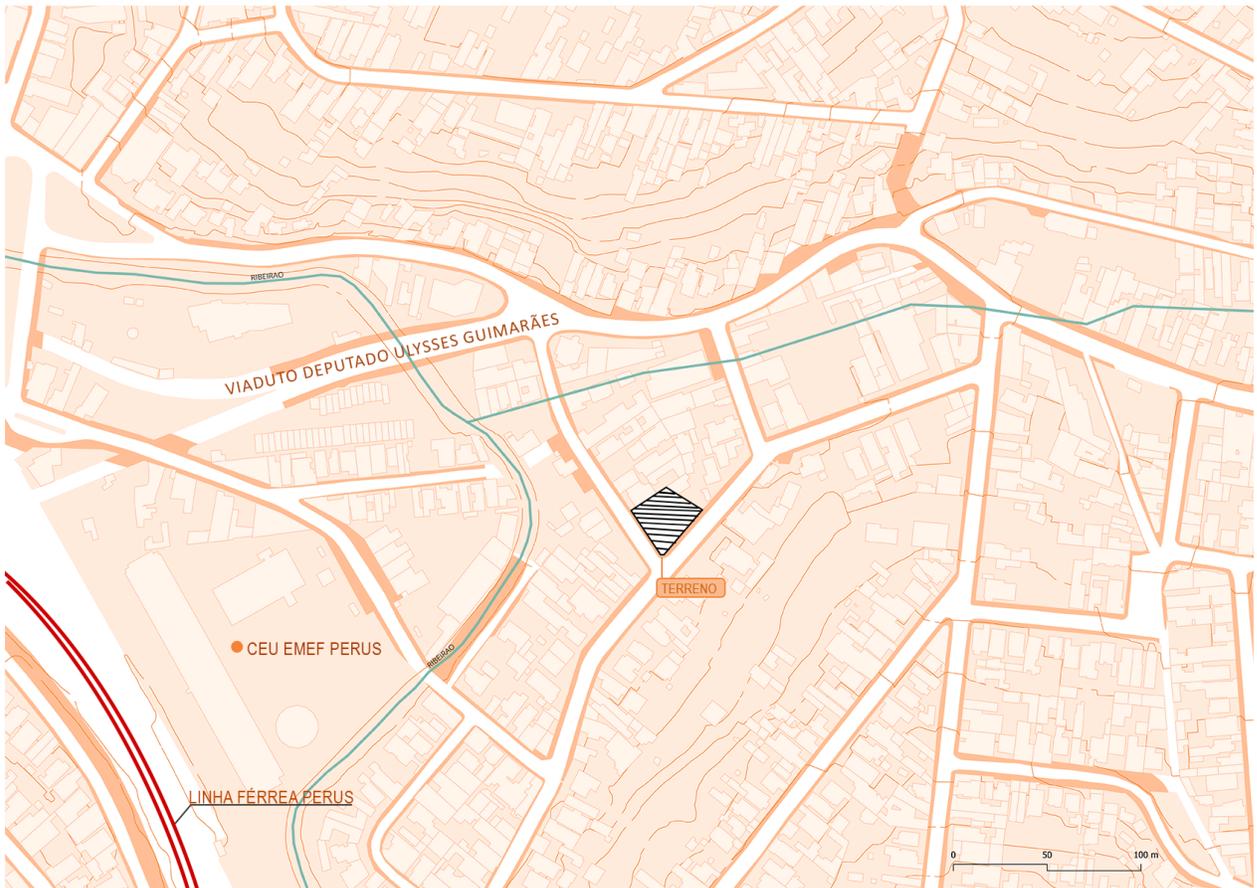


Figura 18: Localização terreno
Fonte: Elaborado pela autora

Em seu entorno imediato há equipamentos de lazer, como o Centro Educacional Unificado (CEU) Perus; instituições públicas e particulares para diversas faixas etárias, como o Colégio Anna Tavares; além de possuir a Unidade Básica de Saúde (UBS) Caiuba e a UBS Recanto dos Humildes em vilas vizinhas. Seu principal acesso é através da estação de Perus que fica há poucos metros do terreno.

A vizinhança possui uma boa localização em relação aos acessos aos equipamentos, transporte ou até mesmo a pé, visto que são gastos apenas alguns minutos de caminhada de um ponto ao outro e essa autonomia do ir e vir, foi considerada para os futuros frequentadores do centro de apoio que será projetado, entendendo que as pessoas que estão na rua procuram locais de centralidade e necessitam de rede de apoio próximos a equipamentos, principalmente da área de saúde.



Figura 20: Vista do terreno visto pela Rua João Batista Fanton
Fonte: Maria Eduarda Oliveira Assis



Figura 21: Vista do terreno- Rua Joaquim de Sousa
Fonte: Maria Eduarda Oliveira Assis



Figura 22: Vista do terreno- esquina Rua Joaquim de Sousa com a Rua João Batista Fanton
Fonte: Maria Eduarda Oliveira Assis

Abaixo é possível analisar o mapa de usos do solo do terreno e seu entorno. É importante salientar que este mapa representa a predominância do uso da quadra, e, portanto, o uso pode variar em seus respectivos lotes. O terreno está inserido em uma quadra com predominância residencial e de comércios, o que foi um dos fatores determinantes na escolha da área já que há uma dinamicidade urbana com essas trocas no local. Em seu entorno imediato há predominância residencial e armazém na região sudoeste, reforçando essa dinamicidade, já a quadra sudeste de seu entorno é majoritariamente de residências e a parte nordeste não foi registrado predominâncias. É possível analisar também, que o derredor dessas quadras tem predominantemente residencial de baixo padrão, que está ligado de certa forma com o público alvo deste trabalho, já que, como evocado nesta presente pesquisa, alguns dos motivos que levam a pessoa a rua é a condição financeira.

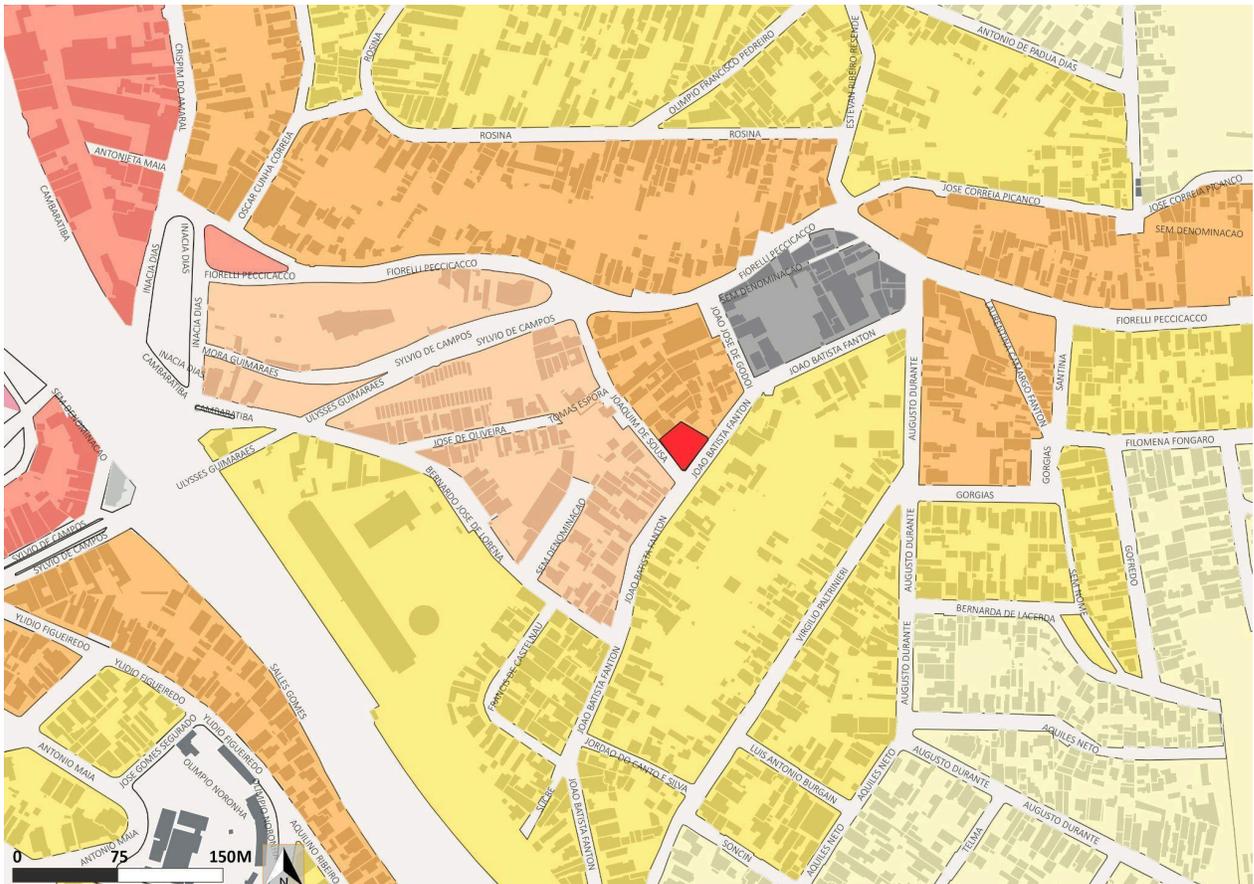


Figura 23: Mapa de Uso e Ocupação do Solo
Fonte: Geosampa/ Elaborado pela autora

- ÁREA DO TERRENO
- RESIDENCIAL HORIZ. BAIXO PADRÃO
- RESIDENCIAL HORIZ. MÉDIO/ALTO PADRÃO
- COMÉCIOS E SERVIÇOS
- INDUSTRIA E ARMAZÉNS
- RESIDENCIAL E COMÉCIO/SERVIÇOS
- RESIDENCIAL E INDUSTRIA/ARMAZÉNS
- INSTITUCIONAL
- TERRENOS VAGOS
- SEM PREDOMINANCIA
- SEM INFORMAÇÕES

Ao analisar as construções do entorno do terreno, é possível concluir que as edificações são em sua maioria térreas ou com 1 pavimento e, devido à demanda de projeto do público alvo, será possivelmente projetado um prédio mais alto, dadas as condições da ZEU que incentivam edifícios mais altos.

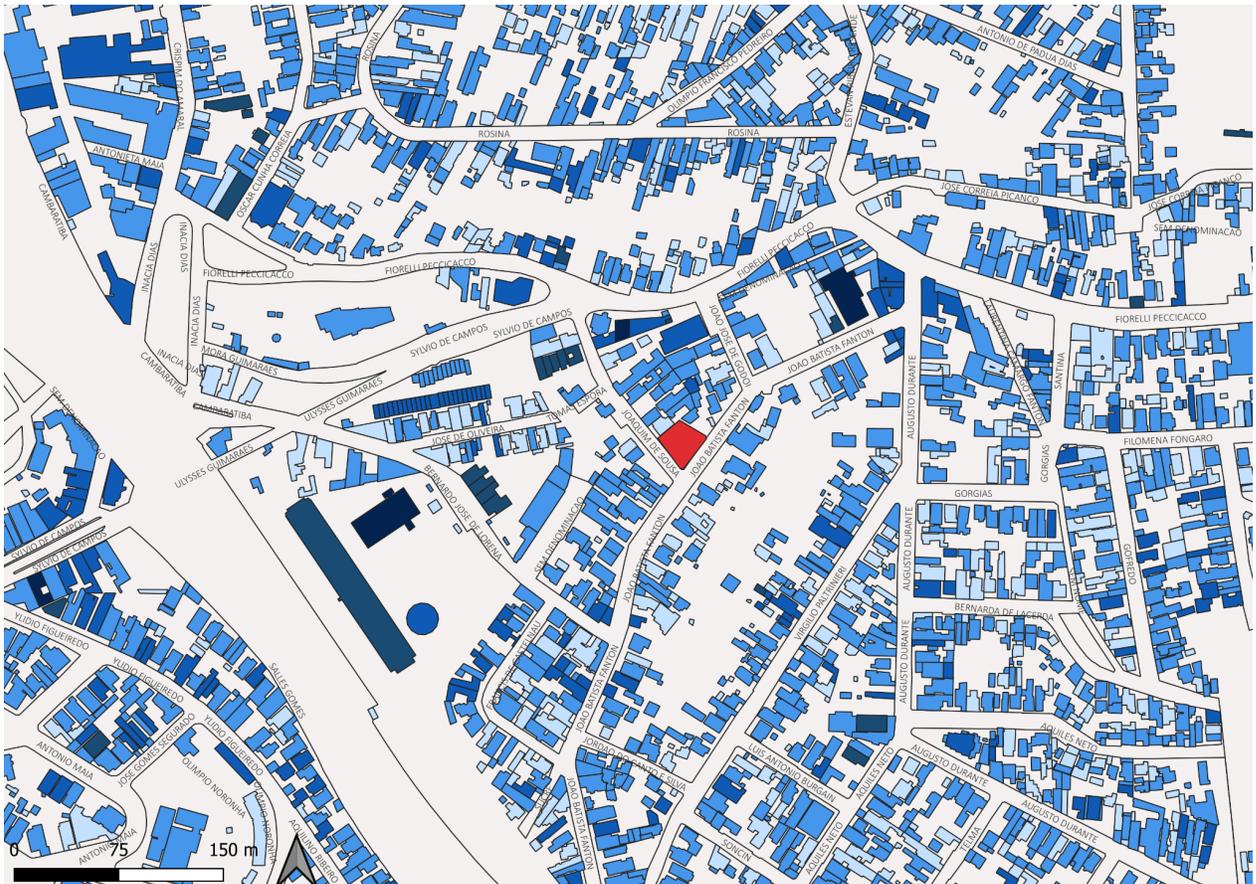
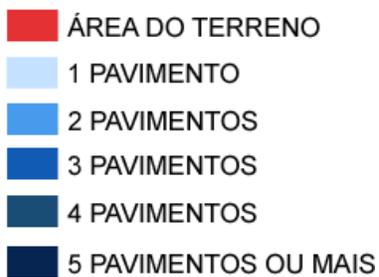


Figura 24: Mapa de Gabarito de Altura
Fonte: Geosampa/ Elaborado pela autora



No mapa abaixo é representado os cheios e vazios em um raio de 1 quilômetro da área de intervenção, o que possibilita notar um "equilíbrio" de adensamento dos lotes. Não é possível identificar com precisão se as normas de permeabilidade são respeitadas, mas é visto no mapa "clarões" não construídos no centro de algumas quadras que fazem sentido quando analisado junto a este, o mapa de vegetação.



Figura 25: Mapa de Cheios e Vazios
Fonte: Geosampa/ Elaborado pela autora

- ÁREA DO TERRENO
- ÁREA EDIFICADA
- ÁREA NÃO EDIFICADA

Conforme pode-se observar, na quadra de inserção quase não há arborização nas vias, ponto importante a ser considerado no projeto que aqui será realizado. Uma grande massa presente de arborização é encontrada às margens da linha férrea e esta vegetação se incorpora mais nas quadras vizinhas, tanto nas vias de acesso, mas principalmente no meio das quadras.

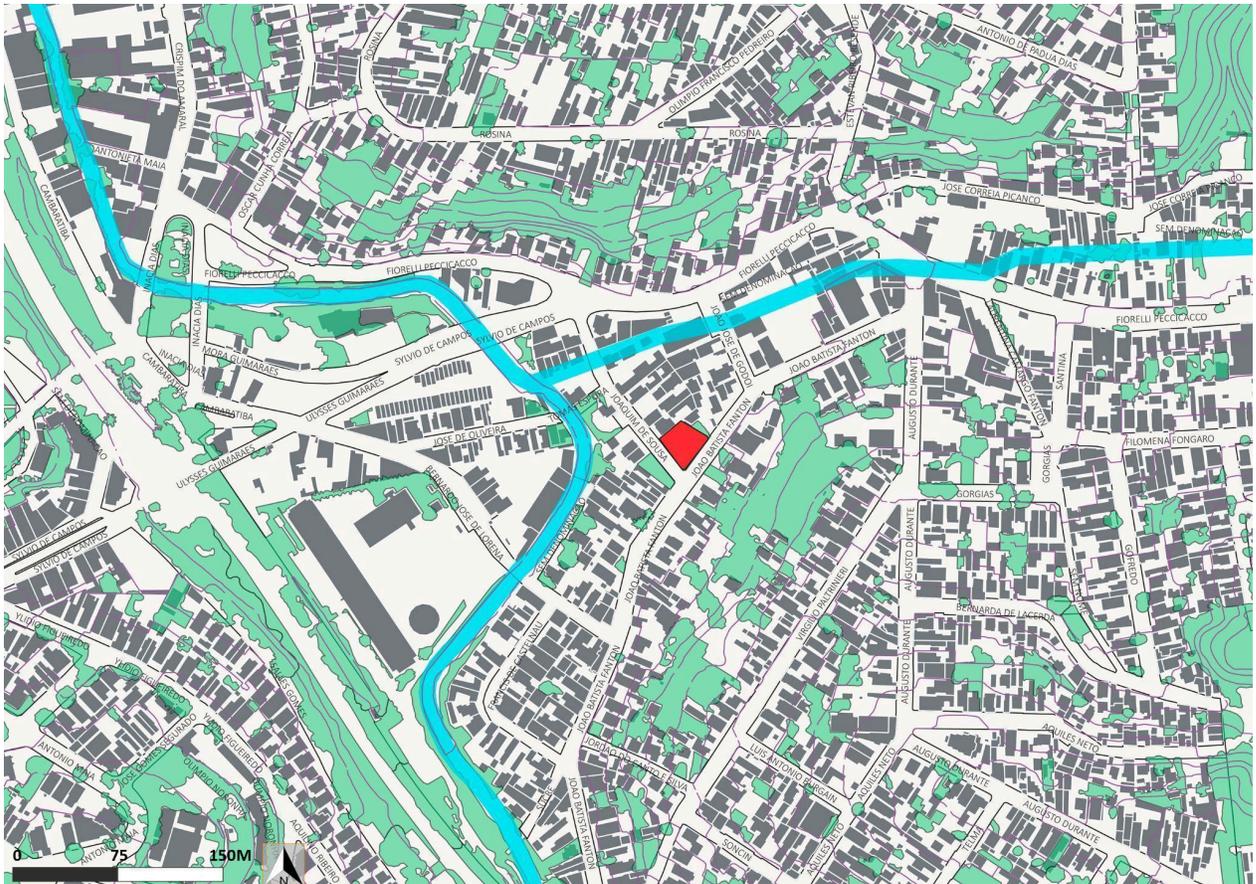


Figura 26: Mapa Vegetação
Fonte: Geosampa/ Elaborado pela autora

- ÁREA DO TERRENO
- VEGETAÇÃO

Ambas as ruas que tangenciam o terreno são vias coletoras e por este motivo o tráfego de veículos não é tão intenso, ela também dá acesso ao CEU Perus localizado ao sudoeste do terreno. Já a via norte em relação à quadra da área inserida é classificada como via arterial, possuindo um alto fluxo de veículos, principalmente de ônibus com destino a estação de trem de Perus que fica a poucos metros da área de intervenção. Por fim, e não menos importante, há uma via local no nordeste da quadra, é comum ver mais pessoas a pé nesta área. Nas quatro vias citadas que norteiam a quadra de inserção, há linha de ônibus, estimulando o fluxo ao local.

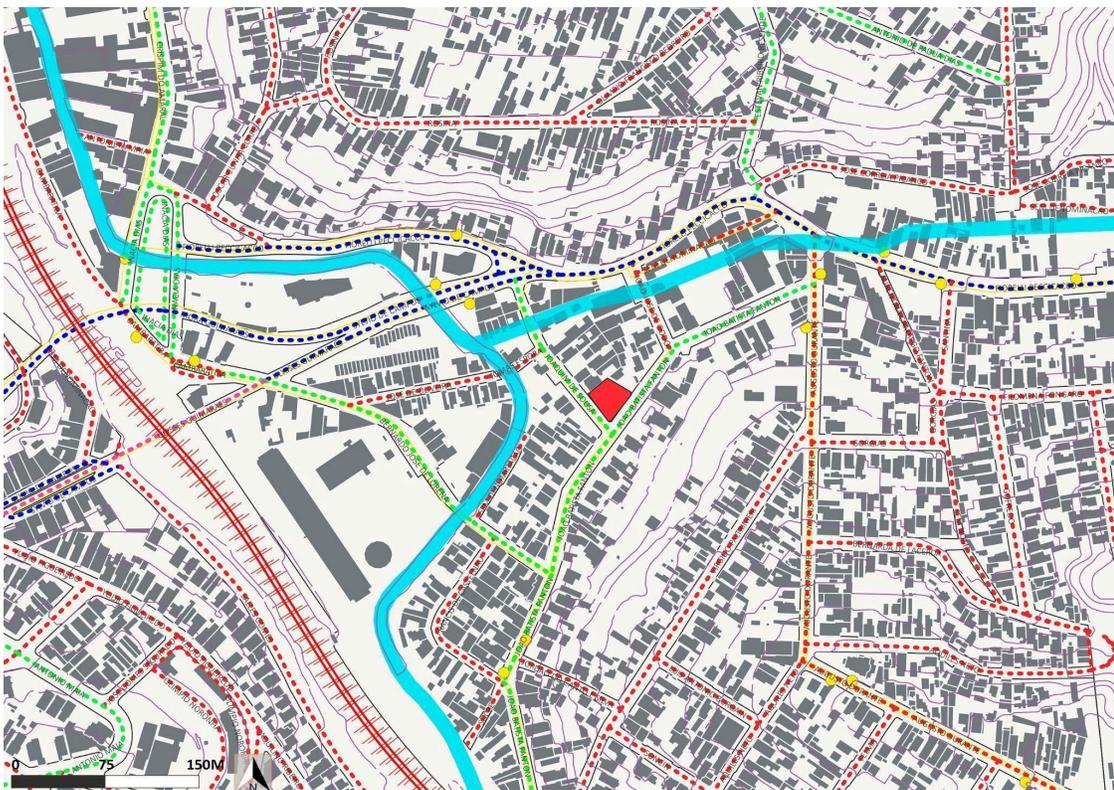


Figura 27: Mapa de Fluxos
Fonte: Geosampa/ Elaborado pela autora

Abaixo é possível analisar as medidas que dão a forma irregular a área de intervenção e como a insolação e ventilação se comportam. No sentido sudeste chegam os ventos predominantes.

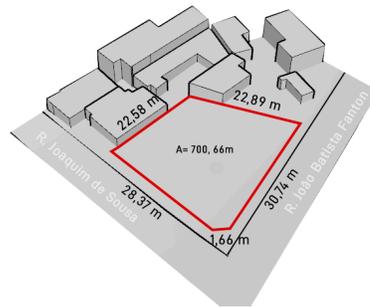


Figura 28: Diagrama de dimensões
Fonte: Elaborado pela autora

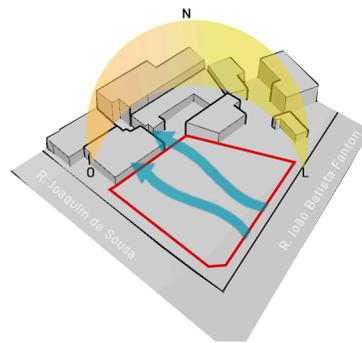


Figura 29: Diagrama de insolação e ventilação
Fonte: Elaborado pela autora

Com a análise territorial e de suas dimensões, é possível subtender que o edifício irá se verticalizar na vista para que seja possível atender as demandas necessárias, incentivando dessa forma, a verticalização do entorno, em conformidade com as pretensões do Plano Diretor Estratégico (PDE) para o local. Também foi considerado um programa de necessidades que atenda a pluralidade dessa população, conforme imagem abaixo:

Educação	Acolhimento	Saúde
Sala de aula	Dormitório coletivo masculino	Clínico geral
Sala de leitura	Dormitório coletivo feminino	Dentista
Sala de cabelereiro	Dormitório familiar	Psicólogo
Oficina	Depósito dormitório masculino	Assistencia social
Sala dos computadores	Depósito dormitório feminino	Farmácia
Almoxarifado	Depósito dormitório familiar	Medicação
Comunitário	Serviços	Administração
Estacionamento de carroças	Lavanderia	Sala administração
Refeitório	Sala de costura	Almoxarifado
Area de convivencia	Sapataria	Sala de reunião
Depósito carroça	Sala de doações	Copa
	Pet	Cozinha
	Canil	Despensa
	Apoio Canil	Wc cozinha
		Guarita
		Wc guarita

Figura 30: Programa de necessidades
Fonte: Elaborado pela autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para desenvolver um projeto que conclua o período de 5 anos na universidade, a temática social se adequa ao direcionamento que se pretende alcançar pós formação. A inquietação e inconformidade a esta realidade, se traduziu em um projeto de acolhimento e apoio à pessoa em situação de rua.

Com uma revisão teórica, e pesquisas qualitativas, foi possível compreender os motivos que as levam às ruas e seu permanecimento nela, que podem variar de vício as drogas, este mais comum, até a quebra de vínculos familiares. Através desses estudos, foi possível analisar a fragilidade de políticas públicas e o preconceito que se há com essa população. Através do entendimento de quem são, quantos são e onde estão, foi proposto um projeto localizado na esquina da rua João Batista Fanton e Joaquim Sousa, no distrito de Perus, devido principalmente à carência de equipamentos de acolhimento na região.

O projeto com caráter institucional busca garantir minimamente os direitos a esta população através da arquitetura, desmistificando a ideia de insalubridade para arquitetura social. Para isso, além de dormitórios, foi criada área de convivência, setores educacionais, apoio à saúde, e serviços que garantem a permanência de até seis meses dos usuários, com aplicações que os incentivem a superação das ruas.

Desta maneira, entende-se que este trabalho atingiu o objetivo de desenvolver um projeto arquitetônico à população que está nas ruas, aplicando técnicas e conceitos adequados a fim de criar um acolhimento que minimize esse dano social e econômico da cidade de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 de set. de 2023

BRASIL. Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 30 de mai. de 2023

BRASIL. Lei Nº 14.489 de 22 de dezembro de 2022. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público – Lei Padre Júlio Lancelotti. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14489.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.489%2C%20DE%2021%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202022&text=Alterar%20a%20Lei%20n%C2%BA%2010.257,p%C3%BAblico%20%E2%80%93%20Lei%20Padre%20J%C3%BAlio%20Lancelotti. Acesso em: 30 de mai. de 2023

BRASIL. POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO DE RUA. maio de 2008. p. 8

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE. Disponível em: <https://sp.unmp.org.br/carta-mundial-pelo-direito-a-cidade/>. Acesso em: 24 de mar. de 2023

CIC DO IMIGRANTE. **Galeria da Arquitetura**. Disponível em: https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/b-arquitetos_/cic-do-imigrante/4579. Acesso em: 27 de abr. de 2023

EL PAÍS. **Doria planeja reformar e modernizar a região da cracolândia: continuarão nela seus moradores?**. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/15/politica/15000697_09_316183.html. Acesso em: 19 de mai. de 2023

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34^o edição. 5^o reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

G1 GLOBO. **Lei Padre Júlio Lancelotti é promulgada**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/11/lei-padre-julio-lancelotti-e-promulgada.g.html>. Acesso em: 29 de mai. de 2023

PADRE, Júlio Lancellotti. **Após liberação da Justiça, Prefeitura de SP começa nesta segunda a retirar barracas de moradores de rua durante o dia**. Entrevista concedida ao G1 Globo, abril de 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/03/apos-liberacao-da-justica-prefeitura-de-sp-comeca-nesta-segunda-a-retirar-barracas-de-moradores-de-rua-durante-o-dia.g.html> Acesso em: 13 de abr. de 2023

PORTAL G1, G1 SP, 2023. **Após liberação da Justiça, Prefeitura de SP começa nesta segunda a retirar barracas de moradores de rua durante o dia**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/03/apos-liberacao-da-justica-prefeitura-de-sp-comeca-nesta-segunda-a-retirar-barracas-de-moradores-de-rua-durante-o-dia.g.html> Acesso em: 13 de abr. de 2023

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/o-que-e-o-centro-pop/>. Acesso em 05 de set. de 2023.

JORNAL DA UNESP. **Número de moradores em situação de rua aumenta até 6 vezes em periferias de SP.** Disponível em:

<https://jornal.unesp.br/2022/07/01/numero-de-moradores-em-situacao-de-rua-aumenta-ate-6-vezes-em-periferias-de-sp/#:~:text=O%20número%20de%20pessoas%20em%20situação%20de%20rua%20em%20Perus,possam%20passar%20a%20noite%20abrigadas>. Acesso em: 16 de mar. de 2023.

LA CASA PERMANENT SUPPORTED HOUSING. **Studio Twenty Seven Architecture.** Disponível em:

<https://www.studio27arch.com/project/la-casa-permanent-supportive-housing/>. Acesso em: 25 de abr. de 2023

LA CASA PERMANENT SUPPORTED HOUSING. **World Architects.** Disponível em:

<https://www.world-architects.com/en/architecture-news/reviews/la-casa-permanent-supportive-housing>. Acesso em: 25 de abr. de 2023

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** Editora Centauro, Edição 5, número de páginas 143, 2001.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. **População em Situação de Rua.** Disponível em:

https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html. Acesso em: 12 de abr. de 2023

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **CENSO 2021 POPULAÇÃO DE RUA SÃO PAULO.**

Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizWE4MTE5MGIzZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjc3MDAwMDM0NGI5IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThtNjE1NGM5MGUwNyJ9>. Acesso em: 20 mar. 2022.

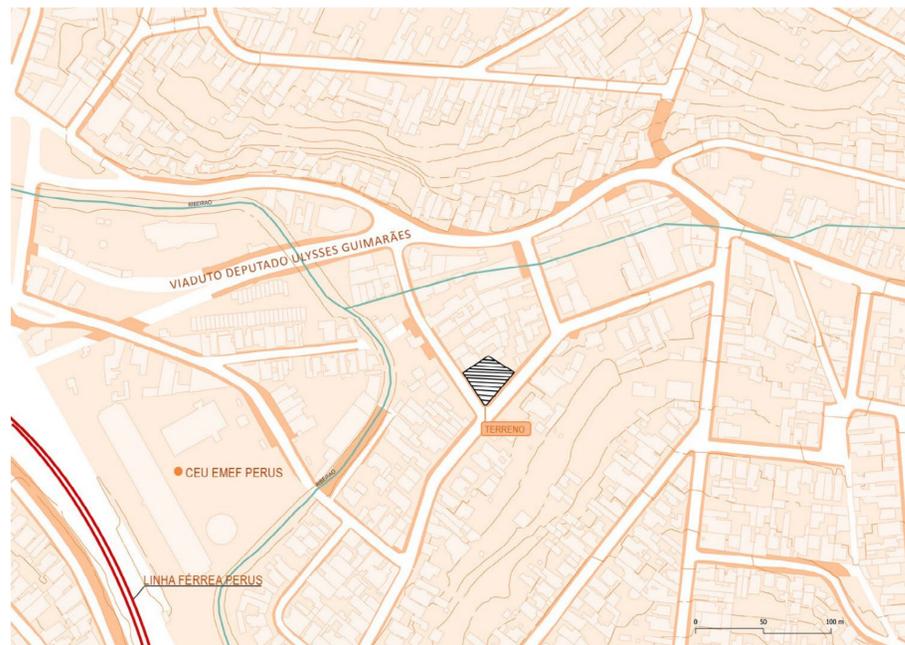
SÃO PAULO. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. p. 67- 71.

SILVA , Daiane Gasparetto. **Corpos em Situação de Rua em Belém do Pará: Os Testemunhos da Desfiliação Social**. Disponível em: https://ppgp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Turma%202013/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado_Daiane%20Gasparetto%20da%20Silva.pdf. Acessado em: 20 de mai. de 2023

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. **História das secas (Século XX)**. Coleção Mossoroense. Mossoró, 1982.

TARACHUQUE, Jorge. Bioética E vulnerabilidade Da População em Situação De Rua. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, Curitiba, 2012

THE BRIDGE HOMELESS ASSISTANCE CENTER. **Archdaily**. Disponível em: https://www.archdaily.com/115040/the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners/5013819428ba0d1507000531-the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners-plan?next_project=no. Acesso em: 25 de abr. de 2023.



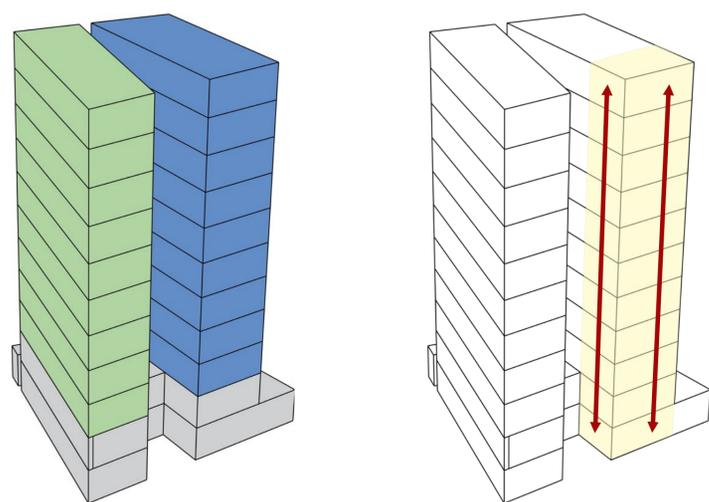
	PROJETO	EXIGIDO	ZONEAMENTO	ZEU
C.A	2.124,71 M ²	2.802,80 M ²	GABARITO	40,50 M
T.O	320,42 M ²	480,48 M ²	RECUIO FACHADAS PRINCIPAIS	5,00 M
A.P	383,98 M ²	175,18 M ²	RECUIO FACHADAS VIZINHOS	3,00 M

Este trabalho de conclusão de graduação aborda um projeto arquitetônico e urbanístico voltado para a criação de uma unidade de acolhimento para pessoas em situação de rua, situada no distrito de Perus.

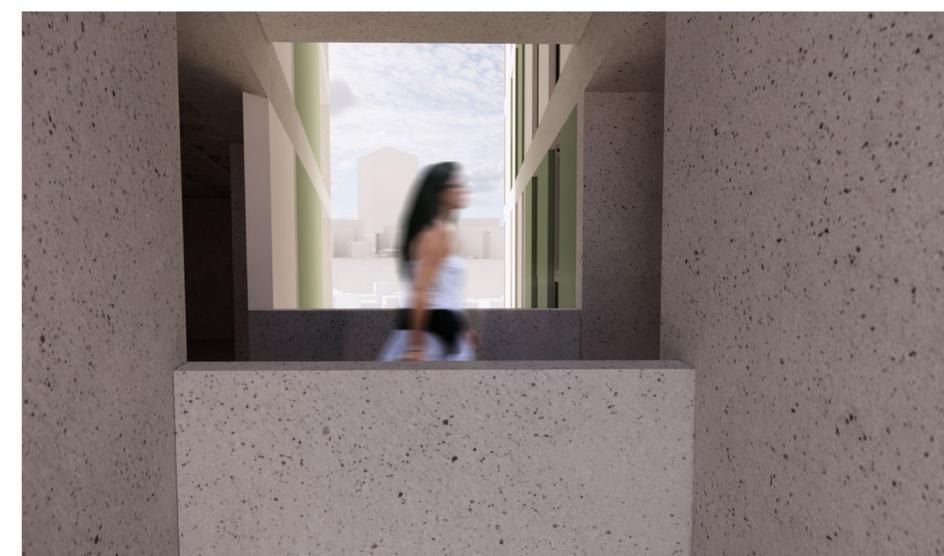
Esta unidade tem como objetivo principal oferecer assistência a médio prazo para um contingente de até 106 indivíduos em situação de rua, com ênfase na prestação de serviços de acolhimento, educação e cuidados de saúde, com o propósito de auxiliá-los na superação dessa situação. Dado o seu caráter institucional, o programa contempla a integração de ambientes profissionalizantes, tais como uma sala de aula, um espaço dedicado à informática, áreas destinadas a oficinas e um salão de cabeleireiro.

Este último, além de servir aos usuários da unidade, também poderá ser utilizado para a oferta de cursos de capacitação. A área de convivência foi posicionada no primeiro pavimento, adjacente ao refeitório, visando estimular a reintegração social dos beneficiários. Para atender às necessidades de acolhimento, há três pavimentos contendo dormitórios coletivos separados por gênero, bem como um pavimento adicional destinado a dormitórios familiares.



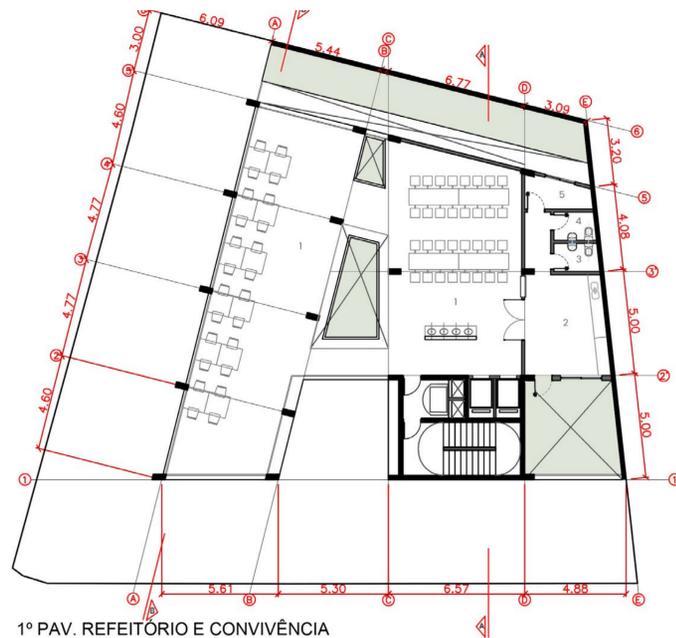


O projeto possui uma torre que abriga a caixa de elevador e escada, além dos sanitários que atendem os andares, e outro prédio com o programa de necessidades. Para a conexão entre os dois, uma pequena passarela foi articulada, tornando o projeto modular e adaptável ao longo dos anos.

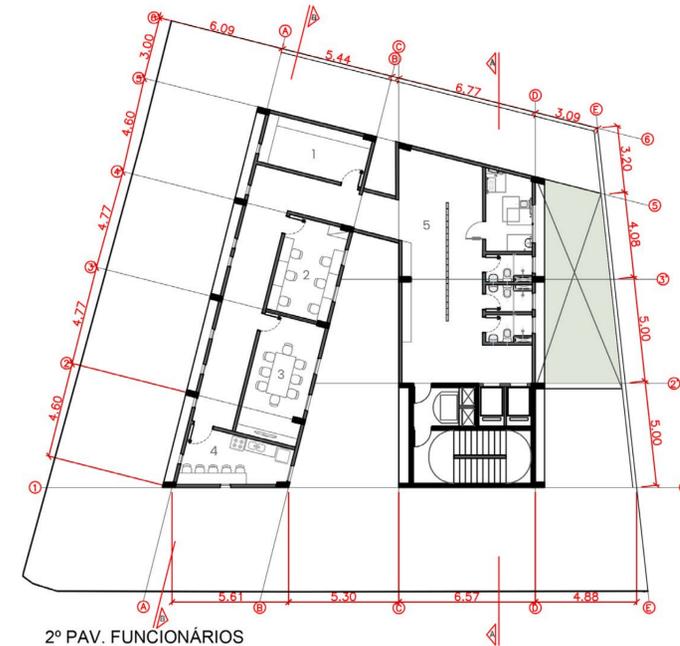




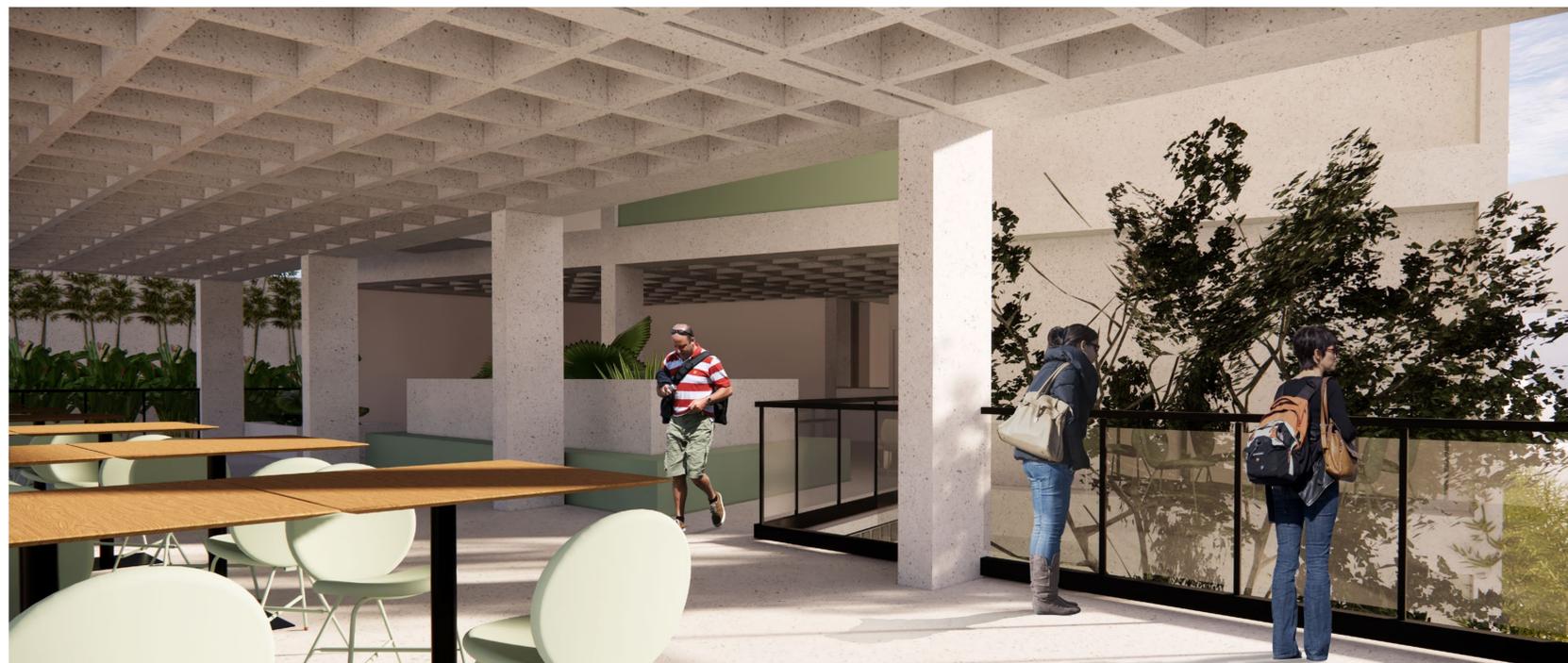
- 1 Comércio 1
- 2 Comércio 2
- 3 Canil sob laje permeável
- 4 Depósito
- 5 Circulação
- 6 WC Guarita
- 8 Guarita
- 7 Entrada

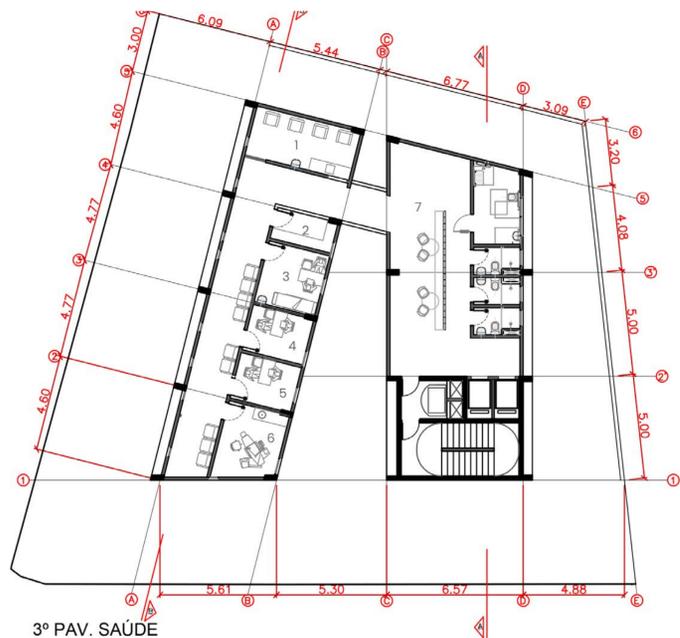


- 1 Refeitório
- 2 Cozinha
- 3 W.C Func. Feminino
- 4 W.C Func. Masculino
- 5 Despensa



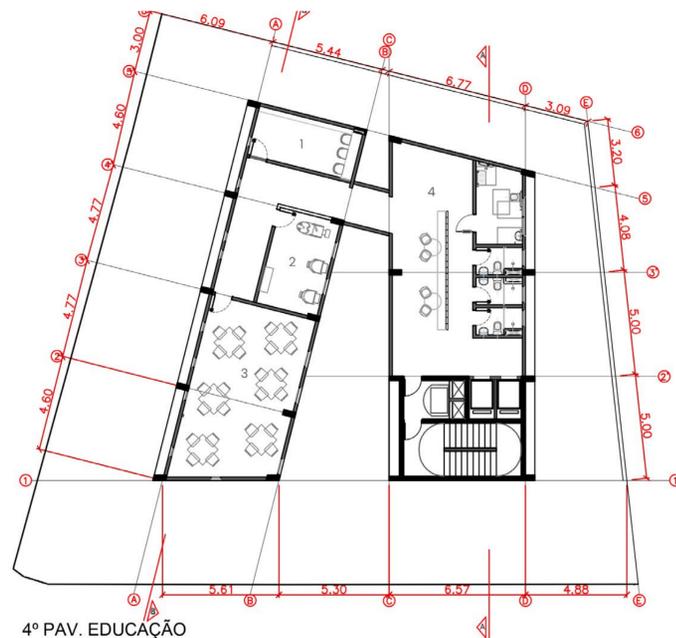
- 1 Sala de materiais
- 2 Administração
- 3 Sala de reunião
- 4 Copa
- 5 Banheiros





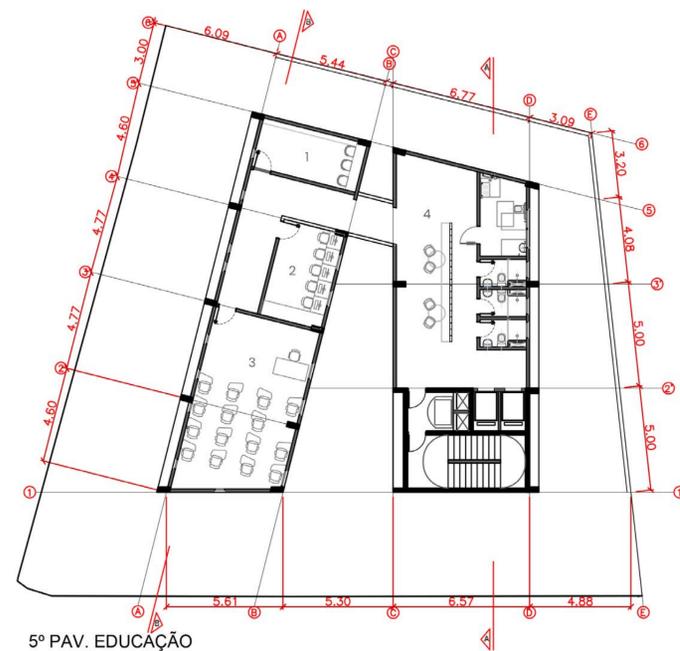
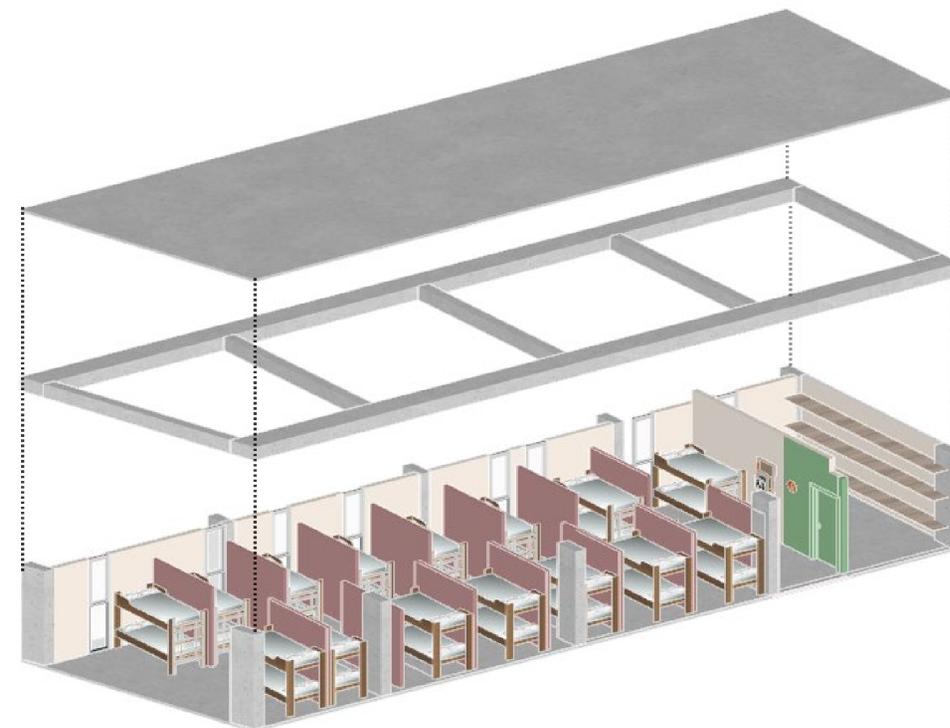
3º PAV. SAÚDE

- 1 Medicação
- 2 Farmácia
- 3 Clínico Geral
- 4 Assistência Social
- 5 Psicólogo
- 6 Dentista
- 7 Banheiros



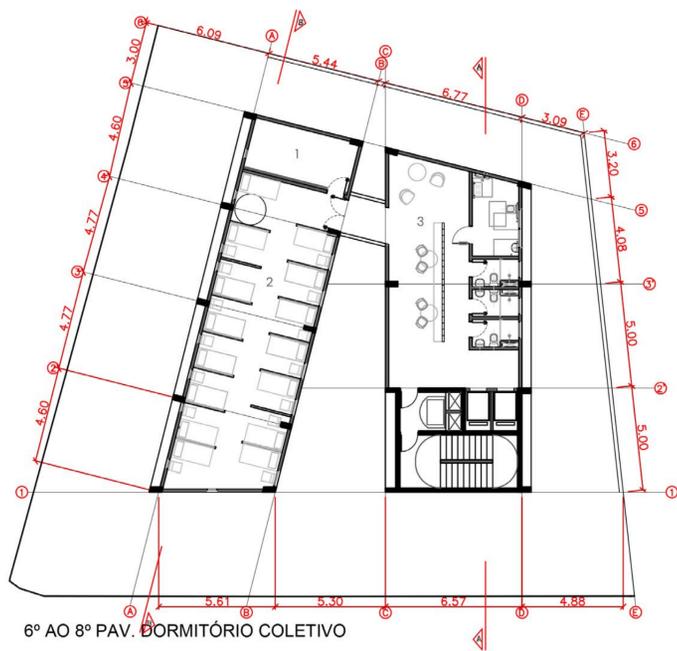
4º PAV. EDUCAÇÃO

- 1 Multiuso
- 2 Cabelereiro
- 3 Oficina
- 4 Banheiros



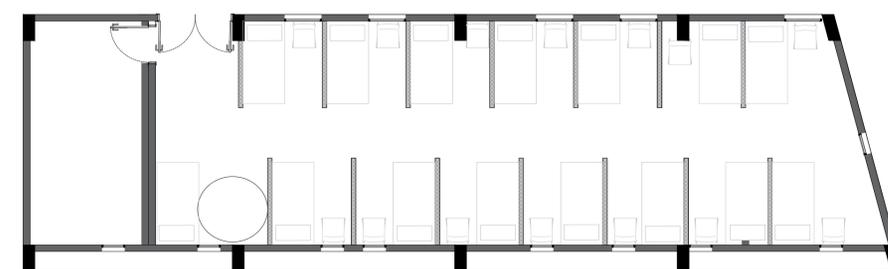
5º PAV. EDUCAÇÃO

- 1 Sala de leitura
- 2 Sala de informática
- 3 Sala de aula
- 4 Banheiros

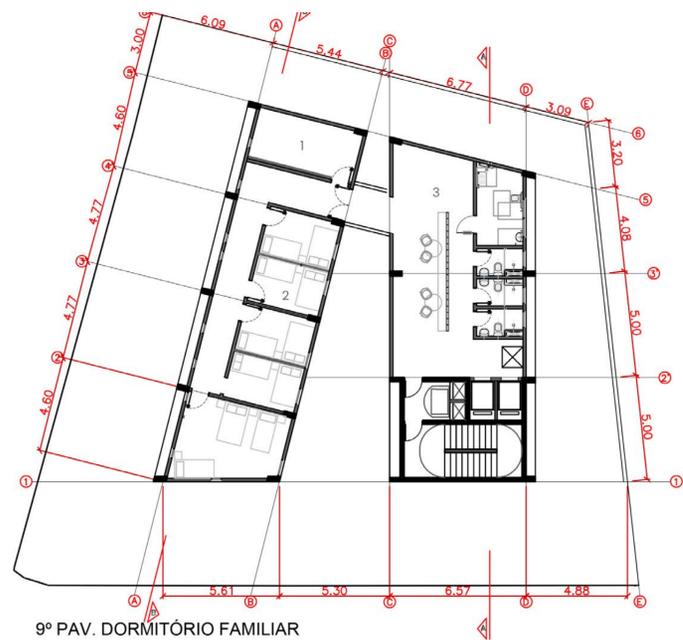


6º AO 8º PAV. DORMITÓRIO COLETIVO

- 1 Depósito
- 2 Dormitório coletivo
- 3 Banheiros

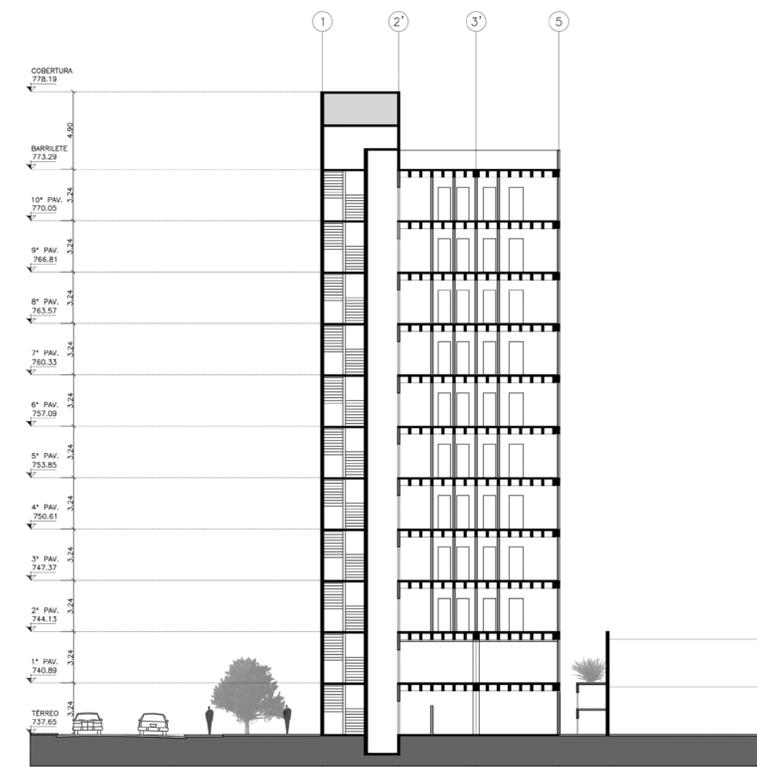


QUARTO COLETIVO
S/ESC

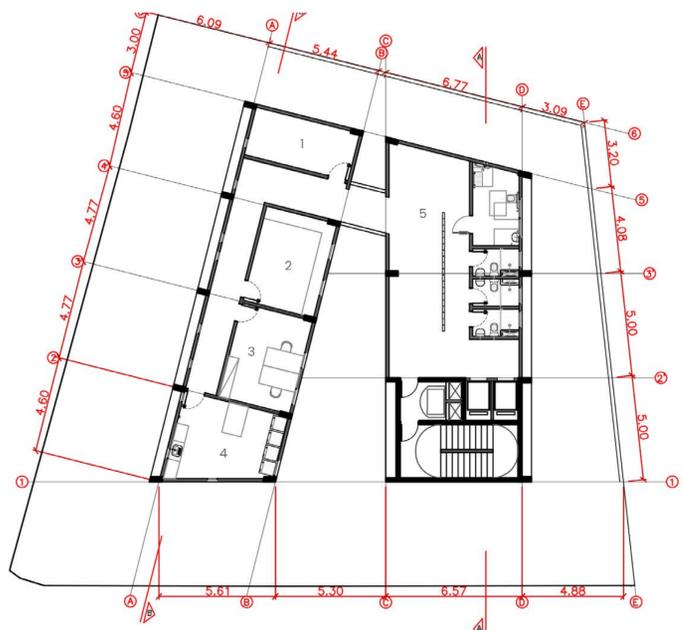


9º PAV. DORMITÓRIO FAMILIAR

- 1 Depósito
- 2 Dormitório familiar
- 3 Banheiros

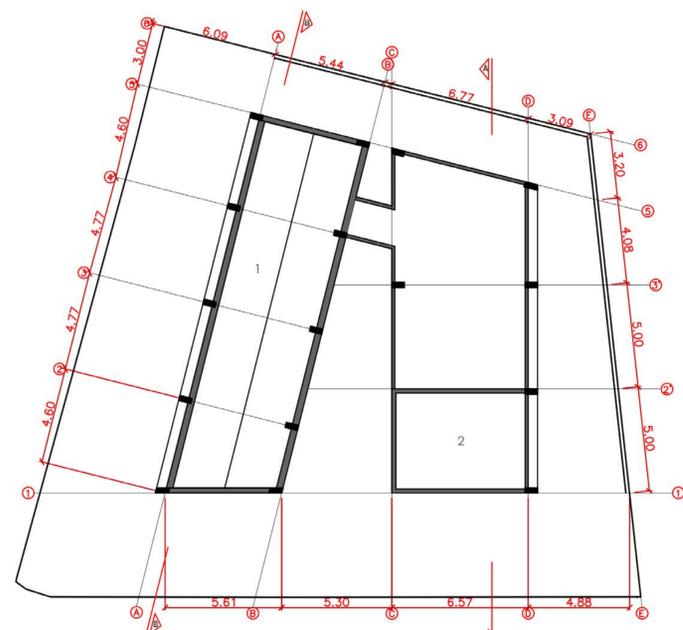


CORTE AA
esc: 1:200



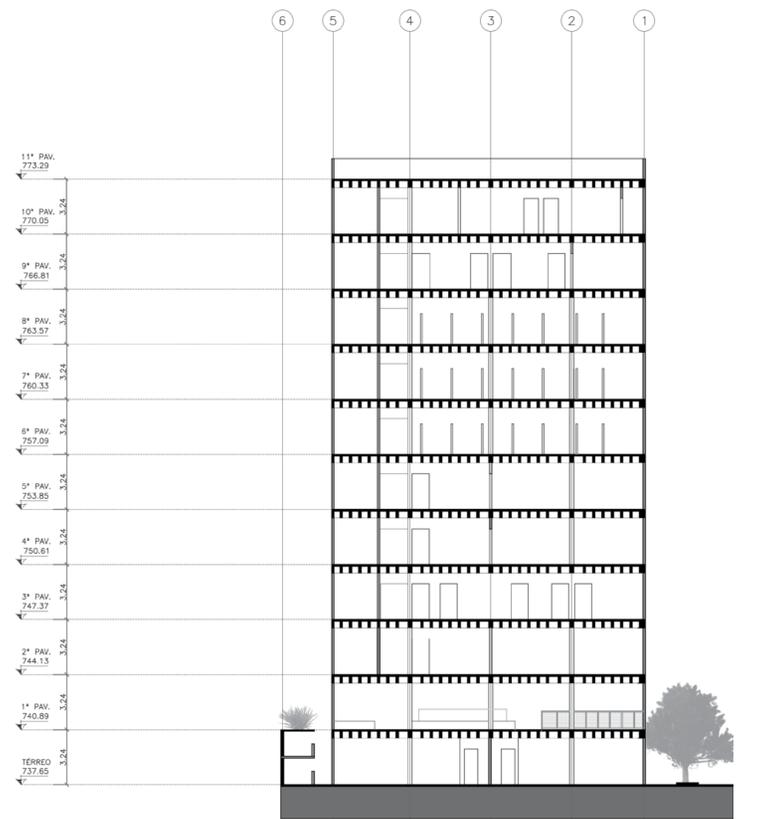
10º PAV. SERVIÇOS

- 1 Sala de doações
- 2 Sapataria
- 3 Costura
- 4 Lavanderia
- 5 Banheiros

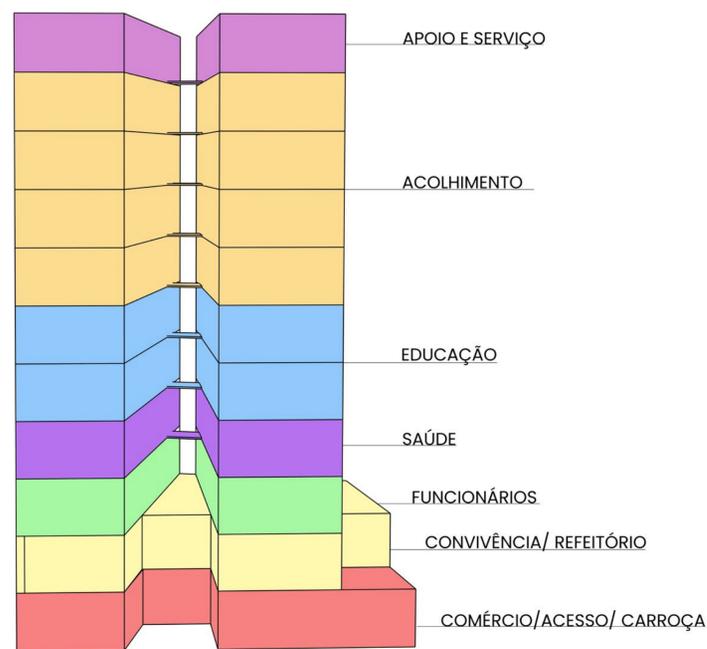
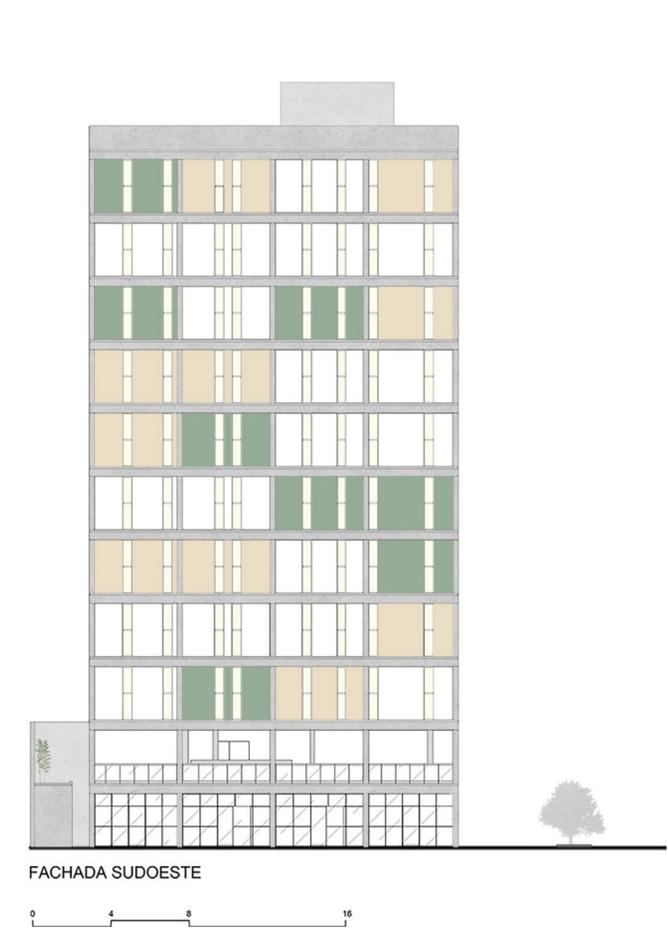
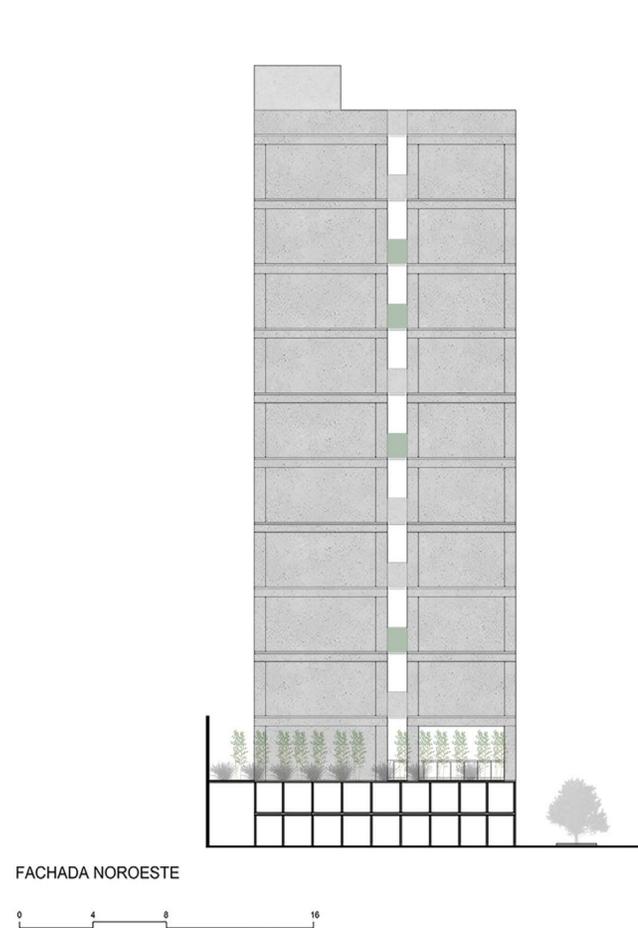
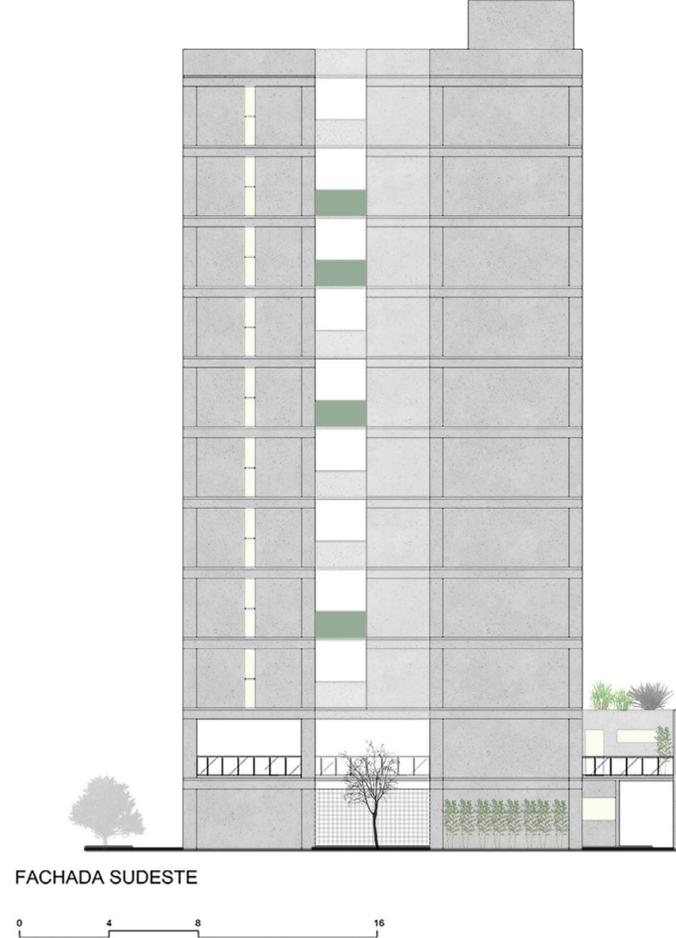


11º COBERTURA
esc: 1:200

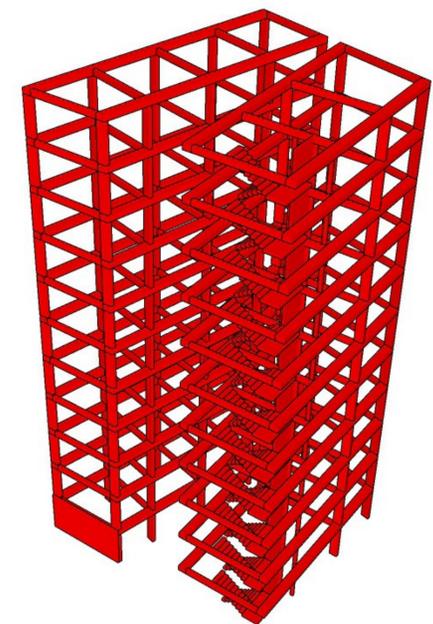
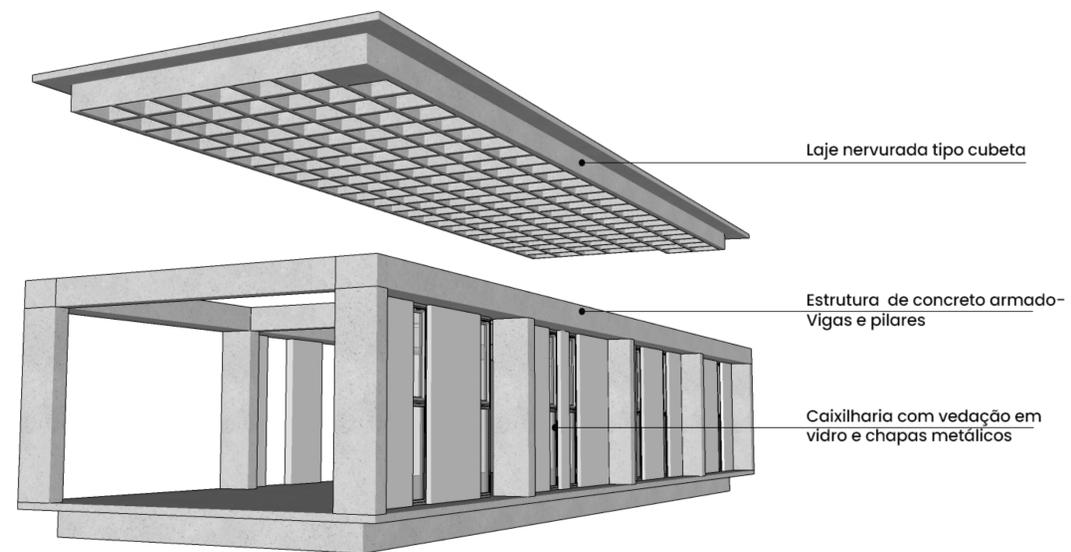
- 1 Telhado
- 2 Barrilete / Casa de máquinas



CORTE BB
esc: 1:200



Visando atender as características e necessidades prediais, o sistema construtivo será composto por vigas e pilares de concreto armado e laje nervurada tipo cubeta aparente. Para a plasticidade da fachada, o concreto aparente ganha destaque e se contrasta com as fachadas com tinta colorida que traz mais leveza ao projeto.





ANEXO C - TERMO DE AUTORIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O presente termo é documento integrante de todo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a ser submetido à avaliação da Instituição de Ensino como requisito necessário e obrigatório à obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Eu, Maria Eduarda Oliveira Assis,
CPF 419.941.808-38, Registro de Identidade 38.544.566-0,
na qualidade de estudante de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Instituição de Ensino Universidade São Judas Tadeu, declaro que o Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado em anexo, requisito necessário à obtenção do grau de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, encontra-se plenamente em conformidade com os critérios
técnicos, acadêmicos e científicos de originalidade.

Nesse sentido, declaro, para os devidos fins, que:

- o referido TCC foi elaborado com minhas próprias palavras, ideias, opiniões e juízos de valor, não consistindo, portanto PLÁGIO, por não reproduzir, como se meus fossem, pensamentos, ideias e palavras de outra pessoa;
- as citações diretas de trabalhos de outras pessoas, publicados ou não, apresentadas em meu TCC, estão sempre claramente identificadas entre aspas e com a completa referência bibliográfica de sua fonte, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela normatização;
- todas as séries de pequenas citações de diversas fontes diferentes foram identificadas como tais, bem como às longas citações de uma única fonte foram incorporadas suas respectivas referências bibliográficas, pois fui devidamente informado(a) e orientado(a) a respeito do fato de que, caso contrário, as mesmas constituiriam plágio;
- todos os resumos e/ou sumários de ideias e julgamentos de outras pessoas estão acompanhados da indicação de suas fontes em seu texto e as mesmas constam das referências bibliográficas do TCC, pois fui devidamente informado(a) e orientado(a) a respeito do fato de que a inobservância destas regras poderia acarretar alegação de fraude.

O (a) Professor (a) responsável pela orientação de meu trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentou-me a presente declaração, requerendo o meu compromisso de não praticar quaisquer atos que pudessem ser entendidos como plágio na elaboração de meu TCC, razão pela qual declaro ter lido e entendido todo o seu conteúdo e declaro que o trabalho desenvolvido é fruto de meu exclusivo trabalho.

Maria Eduarda

Assinatura do Estudante

Ciente, Frick W.

Assinatura do Orientador

Local e data: